



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
ANA PAULA MATOS ALVES JESUS

**ESTUDO SOBRE O MERCADO DE TRABALHO PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS**

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)
2019

ANA PAULA MATOS ALVES JESUS

ESTUDO SOBRE O MERCADO DE TRABALHO PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS

Monografia apresentada à UFT –
Universidade Federal do Tocantins –
Campus Universitário de Miracema, para
obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social, sob orientação da
Professora Mestre Amanda Elisa Vaz.

MIRACEMA DO TOCANTINS(TO)

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

J58e Jesus, Ana Paula Matos Alves.
Estudo sobre o mercado de trabalho para pessoas com
deficiência no município de Miracema do Tocantins. / Ana Paula
Matos Alves Jesus. – Miracema, TO, 2019.
69 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2019.
Orientadora : Amanda Elisa Vaz
1. Pessoa com Deficiência. 2. Mercado de Trabalho. 3. Inclusão
Social. 4. Direitos trabalhistas. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

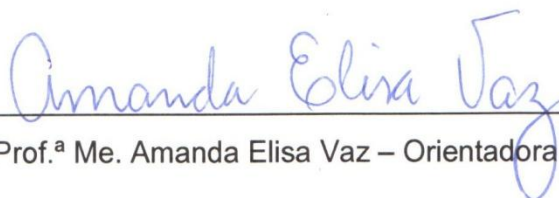
ANA PAULA MATOS ALVES JESUS

ESTUDO SOBRE O MERCADO DE TRABALHO PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Miracema para obtenção do título em Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Professora Mestre Amanda Elisa Vaz.

Data de Apresentação: 21/03/2019.

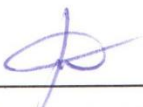
Banca examinadora:



Prof.^a Me. Amanda Elisa Vaz – Orientadora - UFT



Prof. Dr. Marcio Antônio Cardoso Lima - Avaliador – UFT.



Prof. Dr. João Nunes da Silva – Avaliador – UFT.

Dedico este trabalho aos meus Avôs João e Matilde (In Memoriam), e aos meus pais Maria Luiza e Pedro e meu esposo Carlos André e filhos Arthur e Brenda.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar, a Deus por abençoar minha vida sempre, meus pais, Pedro e Maria Luiza, pela força que sempre me deram, participaram direta e indiretamente na minha formação, pois as vezes que eu ficava decepcionada na universidade, minha mãe me acalmava com seus valiosos conselhos, pedindo sempre, não desista, portanto, tive o trabalho de realizar o meu e o sonho dos meus pais, principalmente do meu pai, pois nunca teve o privilégio de estudar.

Não posso deixar de agradecer imensamente ao meu querido e amado esposo, Carlos André, pelo companheirismo e compreensão, pelos conselhos, paciência de estar sempre comigo na universidade, posso dizer que concluímos juntos essa trajetória, me ajudou sempre, até trabalhos pedia para ele ler, aos meus filhos, Brenda Matilde e Arthur Henrique, só tenho a agradecer pela paciência de me esperar toda noite quando ia para aula, todo dia eles perguntavam mãe hoje tem? Eu respondia sim e eles, vai chegar cedo? Pois vamos esperar acordados, era o que aumentava ainda mais minha força de vontade de concluir essa trajetória. Só tenho a agradecer, a toda família pela força e carinho que sempre me dedicaram.

Não posso deixar de agradecer a minha sogra, Sinira e ao sogro Joaquim, pela paciência de ficar com meus filhos, todos os dias quando eu ia estudar cuidando sempre deles, dando carinho e atenção.

Mas, continuando nos meus agradecimentos, irei fazer uma retrospectiva da minha trajetória acadêmica sorrir, mas chorei e aprendi muito, pessoas foram valiosas como Tatiana, Joana, Keiliane, Ezileide e Jamila, todas quando precisei, sempre estavam prontas para ajudar, nesta trajetória tive o privilégio de participar de um projeto sobre, "O Ensino da Filosofia nas Escolas" ministrado pelo professor Marcio Antonio, a quem agradeço imensamente, por todo conhecimento adquirido, não posso deixar de agradecer imensamente a minha orientadora, Amanda Elisa, por todo esforço e compreensão, me ajudou na conclusão dessa trajetória, valeu por tudo.

Agradeço aos meus amigos, Silvandira e Maxsuel, os dois me ajudaram bastante, esses amigos trabalham comigo.

O meu muito obrigado.

Avante!

“A diferença é que nos une”.

Dalai Lama

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso busca dar visibilidade aos resultados apreendidos sobre as contratações de pessoas com deficiência pelo mercado de trabalho em Miracema do Tocantins. A pesquisa teve como objetivo principal identificar as vagas que são disponibilizadas para pessoa com deficiência no município de Miracema do Tocantins, através da coleta de dados por meio de pesquisa documental, bibliográfica, de campo e entrevista. Diante disto, descobrir o posicionamento dos empregadores sobre as vagas disponibilizadas para as pessoas com deficiência. Outro objetivo da pesquisa foi a análise das pessoas com deficiência, por meio de estudo explicativo no anseio de buscar as causas ou consequências sobre as disponibilidades de vagas de trabalho oferecidas pelas empresas privadas da cidade referenciada no sentido de contribuir para esclarecimento e o desenvolvimento do fenômeno estudado. Buscam-se aqui as fontes, as razões das coisas que estão intrínsecas às vagas de trabalho oferecidas pelas empresas privadas de Miracema do Tocantins. Vale ressaltar que os procedimentos utilizados para realizar esse trabalho para uma maior aproximação ao objeto de estudo, foi a entrevista semiestruturada como instrumento para coleta de dados, sendo realizada com os empregadores de empresas privadas e com as pessoas com deficiência de Miracema do Tocantins. O trabalho de pesquisa foi realizado em Miracema do Tocantins com os empregadores, sendo um empregador do ramo alimentício e outro na área de departamento de móveis. Quanto as pessoas com deficiência, que estavam inseridas no mercado de trabalho, ambas em empresa privada do município. Quanto a pessoa com deficiência seguiu ao mesmo modo da entrevista dos empregadores, mas com um lado positivo, uma vez que houve mais facilidade para entrevista-los, na qual demonstraram mais interesse de responder a entrevista e expressaram suas inquietações sofridas na sociedade para inserção e acesso as condições favoráveis de trabalho. Destacando também ao longo desse trabalho a aproximação do Serviço Social e a questão da inclusão social das pessoas com deficiência na atual conjuntura. Por fim, vale ressaltar que este debate não finda nesta pesquisa que os empregadores possam realizar contratações de pessoa com deficiência e adequar as empresas para receber esse público, e que estas contratações sejam de forma voluntária, não somente por meio da lei que regulamentam o acesso da pessoa com deficiência, e/ou de cotas.

Palavras-Chaves: Pessoa com Deficiência.Mercado de Trabalho. Inclusão Social. Serviço Social.

ABSTRACT

The present Course Conclusion Work seeks to give visibility to the results seized on the employment of people with disabilities by the labor market in Miracema do Tocantins. The main objective of the research was to identify the vacancies that are available to people with disabilities in the municipality of Miracema do Tocantins, through data collection through documentary, bibliographic, field and interview research. In view of this, discover the position of employers on the vacancies made available to people with disabilities. Another objective of the research was the analysis of people with disabilities, through an explanatory study in the desire to seek the causes or consequences on the availability of job vacancies offered by the private companies of the referenced city in the sense of contributing to clarification and the development of the phenomenon studied. We search here for the sources, the reasons for the things that are intrinsic to the job vacancies offered by the private companies of Miracema do Tocantins. It is worth mentioning that the procedures used to carry out this work for a closer approximation to the object of study was the semi-structured interview as an instrument for data collection, being performed with the employers of private companies and people with disabilities of Miracema do Tocantins. The research was carried out in Miracema do Tocantins with the employers, being an employer of the food sector and another in the area of furniture department. As for people with disabilities, who were inserted in the labor market, both in private company of the municipality. As for the person with the disability followed the same way of the interview of the employers, but with a positive side, since it was easier to interview them, in which they showed more interest in responding to the interview and expressed their anxieties suffered in the society for insertion and access to favorable working conditions. Also highlighting throughout this work the approach of Social Work and the issue of social inclusion of people with disabilities in the current situation. Finally, it is worth mentioning that this debate does not end in this research that employers can hire people with disabilities and adapt companies to receive this public, and that these hirings are voluntary, not only by means of the law that regulate access the disabled person, and / or quotas.

Keywords: Person with Disabilities. Labor Market. Social Inclusion. Social Work.

LISTA DE SIGLAS

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

AEE – Atendimento Educacional Especializado

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CENESP – Centro Nacional de Educação Especial

CNE – Conselho Nacional de Educação

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

NOB – Norma Operacional Básica

PNAS – Política Nacional de Assistência

Social SEESP – Secretaria de Educação

Especial

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

TCLE – Termo de Compromisso Livre Esclarecido

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 01 - Caracterização dos Sujeitos Empregadores	48
Quadro 02 - Caracterização dos sujeitos Pessoa com Deficiência	49
Gráfico 01 - Faixa Etária	49
Gráfico 02 - Distribuição de Acordo com a Sexualidade dos Sujeitos.....	50
Gráfico 03 - Distribuição Raça/Etnia	51

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PRERROGATIVAS LEGAIS SOBRE A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NAS POLITICAS PÚBLICAS.....	15
2.1 Serviço Social e a questão da seguridade social da pessoa com deficiência	26
3 EMPREGADORES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ESPAÇOS DE DISCUSSÕES E REFLEXÕES NA ATUAL CONJUNTURA	40
3.1 Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho no município de Miracema do Tocantins	48
4 A REALIDADE DOS EMPREGADORES E DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE MIRACEMA.....	52
4.1 Perspectivas dos entrevistados sobre a importância da contribuição dos empregadores para com a inserção da pessoa com a deficiência no mercado de trabalho	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS.....	60

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema: “Estudo sobre o mercado de trabalho para pessoas com deficiência no Município de Miracema do Tocantins”, que busca subsídios para fomentar esta pesquisa, tendo em vista a complexidade das relações sociais e amplitude dos debates entre distintos segmentos da sociedade brasileira possa conduzir ao aprimoramento do entendimento acerca da realidade, bem como das possibilidades e exigências necessárias à continuidade das mudanças sociais indicadas diante leis, normativas de quotas para acesso a pessoa com deficiência ao mercado de trabalho, utilizando-se obras de autores diversos e artigos de diversas fontes (jornal, revista, dissertações, teses, entre outros) relacionados ao tema pesquisado.

Como delimitação do tema discorreu-se sobre “O Acesso da Pessoa com Deficiência ao Mercado de Trabalho Privado em Miracema do Tocantins no ano de 2018”, pontuando ao curso desse trabalho a importância das contratações desse público, além do respeito às leis que regulamentam o processo de inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Como objeto, pontuou-se: “Como se dá o Acesso da Pessoa com Deficiência ao Mercado de Trabalho Privado em Miracema”, envolvendo com objetivo geral “Apreender o acesso da Pessoa com Deficiência ao Mercado de Trabalho em Miracema/TO no ano de 2018” e como tem sido esse acesso da pessoa com deficiência nas instituições (público, e/ou privado) do município nesse período.

Os objetivos específicos fundamentam-se em: conhecer as normativas legais que orientam a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Miracema; identificar as vagas que são disponibilizadas para pessoa com deficiência pelas empresas privadas em Miracema; e por fim, compreender a situação da pessoa com deficiência sobre as vagas de trabalho oferecidas pelas empresas privadas de Miracema.

Ressalta-se que este estudo foi consequência do conhecimento alcançado por meio do tema apresentado e a pesquisa foi realizada nas instituições públicas e empresas privadas de Miracema do Tocantins em diferentes ramos de trabalho, na área de comércio e serviços.

Após a escolha das empresas e instituições públicas, o primeiro contato

se deu em agendar as entrevistas para maior aproximação com a realidade social apresentada. Ao conversar com os empregadores foram esclarecidos os objetivos da pesquisa, o direito de resguardo ao sigilo, onde não seriam divulgados os nomes das empresas, nem sujeitos, conforme as determinações da legislação sobre ética na pesquisa com seres humanos, Resolução nº 466/2012.

O interesse pelo tema surgiu no campo de estágio acadêmico que se realizou na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Miracema do Tocantins, que conforme o decorrer das atividades exercidas pelo setor de serviço social da instituição foi-se observado o contexto atual na sociedade e no mercado de trabalho de Miracema do Tocantins, foi possível vivenciar a escassez de trabalhadores com deficiência inserida no mercado de trabalho na atual sociedade.

A instituição APAE, foi importante para a percepção destes dados, tem como objetivo garantir condições de aprendizagem a todos os alunos seja por meio de incremento na intervenção pedagógica ou de medidas extras que atendam às necessidades individuais, oportunizar a todos os alunos a realizarem aprendizagens fundamentais para o desenvolvimento e a interação social, atuar para eliminar sentimentos de inferioridade e desigualdades, estimula e reforça a comunicação, a participação, o sucesso, a iniciativa e o desempenho do aluno, serviço social da instituição trabalha na mediação dos direitos da pessoa com deficiência, buscando sempre a garantia, proteção e a efetivação dos direitos e também visa a inclusão social de alunos para inserção no mercado de trabalho e na vida social, através de atividades cultural. (PPP da APAE de Miracema, 1994)

Vale ressaltar, que os procedimentos utilizados para realizar esse trabalho para uma maior aproximação do objeto de estudo, foi a entrevista estruturada como instrumento para coleta de dados, realizada com os empregadores de empresas privadas e instituições públicas, além das pessoas com deficiência no Município de Miracema do Tocantins.

Problematizar-se-á este debate, chamando atenção aos leitores e principalmente a sociedade para se fazer uma reflexão sobre o acesso e contratações da pessoa com deficiência no mercado de trabalho assegurando os direitos e a inclusão da mesma na sociedade.

Ao debruçar-se nesse estudo, observou-se que o mercado de trabalho privado ainda é o grande referencial de não contratar pessoa com deficiência no município estudado. Desse modo, fica evidente que os empregadores não têm

interesse nesse público, pois os mesmos se interessam no lucro, e ter a pessoa com deficiência como funcionário, tendo em vista que as pessoas com deficiência possuem algumas limitações, o preconceito fala mais alto ainda quando se trata deste assunto, pois é evidente que a pessoa com deficiência exerce o mesmo papel que uma pessoa sem deficiência dentro de uma empresa e possui tantas qualidades e condições para a inserção dos mesmos.

A escolaridade média das pessoas com deficiência é de 3,95 anos de estudo, isto é, quase um ano inferior do que a média da população brasileira [...] são mais excluídas de atributos educacionais e digitais [...] vivem abaixo da linha de miséria 29,0% das pessoas com deficiência brasileira [...] a renda média do trabalho dessas pessoas com deficiência é inferior a das pessoas sem deficiência". (NERI, 2003, P. 28-67).

Nesse contexto, Poletti (2010) afirma que a lei de cotas nº 8213/1991 estabelece a obrigatoriedade de as empresas cumprirem uma porcentagem como cota de pessoas com deficiência em relação ao total de empregados. E diante desta realidade, o presente estudo traz uma série de questões que serão abordadas nesta pesquisa.

CAPITULO I

2 PRERROGATIVAS LEGAIS SOBRE A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Diante dos dilemas acima apresentados, tornou-se relevante discutir o contexto atual da sociedade que ainda necessita de debates sobre esse tema e inserindo assim uma busca pela inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Por meio da instituição APAE de Miracema do Tocantins, foi possível observar que as pessoas com deficiência não têm acesso real ao mercado de trabalho, mesmo com todas as leis e normativas elaboradas para a questão da inclusão social.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) é um Movimento que se destaca no país pelo seu pioneirismo. Nascida no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954, na ocasião da chegada ao Brasil de Beatrice Bemis, procedente dos Estados Unidos, membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma portadora de Síndrome de Down.

O Movimento logo se expandiu para outras capitais e depois para o interior dos Estados. Hoje, decorridos cinquenta e três anos, são mais de duas mil, espalhadas pelo Brasil. É o maior movimento filantrópico do Brasil e do mundo, na sua área de atuação. É uma explosão de multiplicação, verdadeiramente notável sob todos os aspectos, levando-se em conta as dificuldades de um país como nosso, terrivelmente carente de recursos no campo da Educação e mais ainda, na área de Educação Especial. Este crescimento vertiginoso se deu graças à atuação da Federação Nacional e das Federações Estaduais, que seguindo a mesma linha filosófica da primeira, permitiram e incentivaram a formação de novas APAES. Estas, através de congressos, encontros, cursos, palestras etc., sensibilizam a sociedade em geral, bem como, viabilizam os mecanismos que garantam os direitos da cidadania da pessoa com deficiência no Brasil.

Atualmente a gestora da entidade é a professora Marlena da Silva Alcântara contando com 122 alunos e uma equipe de profissionais, são eles: Neurologista, Fisioterapeuta, Odontóloga, Fonoaudióloga, Terapeuta Ocupacional, Assistente Social e Pedagogos. É oferecido ao aluno diversidade de atividades criativas, críticas e prazerosas, dando – lhes oportunidade para um bom

desenvolvimento de suas potencialidades para que possa ser um cidadão digno e com direito de participação social, educacional e profissional, com qualidade de vida, de acordo com seu desempenho bio–psico–social.

E ainda possibilitam aos alunos a condições de aprendizagem, ou seja por meio de incrementos na intervenção pedagógica ou de medidas extras que atendam às necessidades individuais, oportuniza a todos os alunos a realizarem aprendizagens fundamentais para o seu desenvolvimento e a interação social, participa dos melhores níveis de comunicação e interação com as pessoas com as quais convive na comunidade, encoraja, estimula e reforça a comunicação, a participação, o sucesso, a iniciativa e o desempenho do aluno, a instituição atua na eliminação de sentimento de inferioridade, menos valia e fracasso, evitando sentimentos de superioridade, rejeição dos demais colegas ou de isolamento, desenvolvendo também habilidades adaptativas sociais, de comunicação, cuidado pessoal e autonomia habilidades que faz o aluno independente na higiene corporal e alimentação.

O assistente social, na instituição da APAE desenvolve seu trabalho em levantamento sistematização de informações, pesquisas, visando dar subsídios a programas de educação profissional, orientando as famílias quanto à utilização dos recursos disponíveis na comunidade para possível utilização no encaminhamento de alunos e melhorias de condições sociais, contato permanente com as famílias orientando-as, apoiando e esclarecendo sobre o trabalho desenvolvido pela entidade com seus filhos e procurando envolvê-las no processo educativo, reavaliação, estudo de caso e acompanhamento em parceria com os demais membros da equipe; promover reuniões com os pais e profissionais da escola, sempre que se fizer necessário, prestar atendimento individual ou em grupo, participar do projeto-político pedagógico da instituição. O serviço social trabalha na mediação dos direitos da pessoa com deficiência, buscando sempre a garantia, proteção e a efetivação dos direitos e também visa a inclusão social de alunos para inserção no mercado de trabalho e na vida social, através de atividades culturais de dança, artesanato, dentre outras.

E em relação a inclusão social não é o suficiente a quantidade de vagas abertas no mercado de trabalho para o grande número de pessoas com deficiência. Diante disso observa-se, que os direitos das pessoas com deficiência são violados, devido ao preconceito, a falta de conhecimento sobre as reais condições de trabalho

de uma pessoa com deficiência no sentido de serem consideradas incapazes para desenvolver atividades laborais.

As políticas sociais, em especial, de inclusão a pessoa com deficiência constituem um campo de atuação por parte do Estado como tantos outros segmentos e que ela é uma das poucas políticas setoriais cuja fonte de recursos mínimos oriundos da arrecadação de impostos do Estado, em suas diferentes instâncias, vem sendo definida constitucionalmente.

É crescente a preocupação com a inclusão no Brasil, em especial, com a educação inclusiva no país, ao ocupar o status de imperativo do Estado e tornar-se uma estratégia para o ideal da universalização dos direitos individuais, seja visto como uma possibilidade a autonomia dos indivíduos.

A educação de alunos com deficiência tem sido objeto de estudo desde os primórdios da escola moderna no século XVI. É preciso conhecer os dados históricos da inclusão advindo dos muitos movimentos sociais, econômicos e culturais para minimizar os prejuízos e inúmeras exclusões geradas pelas práticas que exploram e discriminam segmentos da população ao longo da história.

Foi com a Revolução Francesa, que a escolarização para aluno deficiente, passa a ser gerida pelo Estado com a criação do Instituto Nacional dos Surdos e o Instituto para os Cegos de Nascimento (SOARES, 2012, p.16).

Essas instituições tinham a perspectiva de recuperação e de aprendizagem e a condição de que nem todos os seus alunos fossem obrigados a permanecer em regime de internato.

Soares explica que:

[...] o conceito “educação especial” tem sido utilizado de forma abrangente, reunindo processos de reabilitação e de escolarização, com predominância dos primeiros. Entretanto, se é verdade que a minimização das dificuldades intrínsecas de alunos com deficiência é condição para a melhor aprendizagem escolar, por outro lado, ela não é suficiente. (SOARES, 2012, p.16)

Para solucionar essa dificuldade foram criadas algumas modalidades, entre elas o método Braille, inventado por Louis Braille, tornou-se o sistema oficial e a forma hegemônica de superação da deficiência visual, contudo, não garante o aprendizado escolar, na medida em que exige um conjunto de dispositivos de processo pedagógico específico para o acesso aos conteúdos historicamente valorizados, além das adaptações curriculares específicas para a superação das

limitações da ausência de visão.

Durante muito tempo, gerou-se grande polêmica sobre a educação de pessoas surdas, referente às reais possibilidades de acesso à língua oral ou ao reconhecimento das línguas gestuais (gestualista) criadas por aqueles que viviam segregados.

Em 1880 no Congresso Internacional de Milão, a abordagem oralista (acesso à língua oral), é reconhecida como oficial e quase um século mais tarde, nos anos de 1970, nos Estados Unidos, houve o reconhecimento da American Sign Language (ASL) como modalidade própria das comunidades surdas.

Entretanto, a polêmica sobre a educação de pessoas surdas e sobre o tipo de escolarização não teve muita força, motivadas pela constatação que os processos educativos adotados não resultavam em aprendizagem qualificada aos alunos.

Somente o período da Segunda Guerra Mundial é que a crítica às escolas especiais começa a tomar consciência, pela falta de qualidade da educação que eram constatados nos processos educativos adotados, uma vez que não resultavam em aprendizagem qualificada aos alunos.

No Brasil, durante as décadas de 1950 e 1960, houve grande movimento nacional com campanhas educativas de Alfabetização de Adultos e Adolescentes, cuja finalidade era combater a marginalidade por meio do acesso à língua escrita e as campanhas de Educação do Surdo Brasileiro tinham como objetivo ensinar o surdo a falar.

O sentido da educação das crianças surdas referia-se à possibilidade à língua oral ou ao reconhecimento das línguas gestuais criadas por aqueles que viviam segregados.

Segundo o pesquisador a perspectiva de acesso ao domínio da linguagem oral, o aluno surdo estaria apto a aprender a língua escrita, porém há a ausência de uma língua comum entre professor (que utiliza a linguagem oral) e o aluno surdo (que se comunica por meio dos sinais).

Todas essas crises foram motivadas pela constatação de que os processos educativos adotados não resultavam nas críticas sobre as formas pelas quais a falta de audição poderia ser compensada, mas jamais sobre os processos educativos adotados sob esta ou aquela modalidade linguística (CARVALHO, 2012. p.18).

Portanto, no passado a expectativa era a de que com o domínio da linguagem oral, o aluno surdo estaria apto a aprender a língua escrita, e nos dias atuais, afirma-se que o problema na aprendizagem escolar do aluno surdo tem como núcleo central essa ausência de uma língua comum entre o professor e o aluno surdo.

Da mesma maneira, a escolarização de alunos com deficiência intelectual mostra as dificuldades que o professor demonstra em lidar com as diferenças em sala de aula.

Nos anos de 1950, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, implanta o Curso Normal Superior de Formação de Professores para Surdos, relacionado à filosofia de desenvolvimento da comunicação, com método oral, centrada fundamentalmente no desenvolvimento da audição, da fala e da linguagem, com exercícios de respiração, treinamento auditivo, entre outros (SOARES, 2012, p.23).

Em outras palavras, para inserção social e escolar qualificada, o aluno surdo deveria desenvolver a linguagem oral, que exigia determinados conhecimentos técnico por parte do professor especializado.

Diante dessa realidade é que se desenvolveram as principais características da formação especializada, focadas aos aspectos reabilitacionais exclusivamente do aluno deficiente.

As recomendações aos processos de ensino e aos conteúdos escolares relacionados ao desenvolvimento da linguagem oral, a inserção social e escolar qualificada, exige determinados conhecimentos técnicos e aos aspectos metodológicos de ensino não são colocados em questão.

A partir de 1974, no Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), órgão vinculado ao Ministério da Educação é que se configura a preocupação com a formação de professores de educação especial em nível nacional.

No documento elaborado para estabelecer diretrizes gerais para a situação da educação especial no Brasil, constatou-se a falta de entrosamento entre os entes federados; faltam critérios para financiamento e avaliação de seu uso; faltam dados sobre a quantidade de alunos com deficiência; distribuição das distintas deficiências entre o alunado da educação especial e a distribuição dos tipos de estabelecimentos existentes (SOARES, 2012, p. 24).

Diante desse diagnóstico, foi instituído o Projeto Prioritário nº 35 – Educação Especial – pertencentes ao Plano Setorial de Educação e Cultura

1972/1974, seu objetivo principal era de promover a formação de recursos humanos para a educação especial (Brasil, MEC, CENEP, 2004, p.16), expressando a necessidade de formação de professores, tanto especializados, quanto do ensino regular.

Em 1975, foi elaborado dentro do Plano Nacional de Educação Especial a Capacitação de Recursos Humanos para a Educação Especial. E nos anos 1977/1979 a avaliação feita por esse órgão do Plano Nacional de Educação Especial, registram que foram superadas as metas com treinamento de docentes e técnicos, sem fazer distinção entre a formação docente e a do especialista.

Com base nesses planos, com amplo financiamento do Ministério da Educação, disseminaram-se cursos de aperfeiçoamento e de especialização, voltados tanto para docentes quanto para especialistas, entre eles profissionais de psicologia, assistentes sociais, fonoaudiólogos, entre outros.

O CENESP implementou o Projeto “Reformulação de Currículos para Educação Especial”, destinado à orientação do trabalho pedagógico específico para as deficiências intelectual, visual, auditiva e para os superdotados (alunos com altas habilidades).

Em 1979, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, definia uma “proposta curricular para deficientes mentais educáveis”, caracterizados pelo nível de inteligência (entre 50 e 90 de QI), que era o principal indicador das possibilidades de aprendizagem para a equipe de elaboradores da proposta.

Sabe-se [...], o retardo mental educável propriamente dito (QI entre 50 e 75) poderá alcançar até a 6ª série do nível fundamental, podendo os lentos (QI entre 75 e 90), desde que devidamente assessorados, concluir o 1º grau e quiçá seguir sua escolarização em termos profissionalizantes [...]. (Brasil, MEC, CENESP, 1979)

Nesse sentido, o sistema de atendimento escolar especializado foi graduado do mais “integrado” ao mais segregado, com sala de recursos e professor itinerante para apoio ao aluno que frequentava a classe regular; classe especial dentro da escola regular, para que em atividades extraclasse os alunos com deficiência pudessem conviver com seus pares sem deficiência.

No caso da aplicabilidade, a proposta curricular, visa à incorporação por classes especiais anexas as escolas regulares, que permitiria ajustar o programa de ensino ao ritmo mais lento da criança e que considerava que essa seria a superação

das desvantagens da separação entre deficientes e normais.

Estudos elaborados pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil, MEC, CENESP, 1979 b), para deficientes auditivos, parte do princípio que é preciso minimizar os efeitos da deficiência para integrar os alunos no ensino regular, apontando como condição o nível de comunicação, nível de escolaridade, condições emocionais e continuidade do processo de reabilitação de linguagem.

Para os deficientes visuais, estudos realizados pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro discutem a necessidade de capacitação prévia do deficiente visual para as atividades escolares comuns (BRASIL, MEC, CENESP, 1967c, p.8).

Esses dois estudos, voltados aos alunos com deficiência possuem a perspectiva de integração dos alunos no ensino regular. Porém a prática curricular e formas de organização referem-se a sistemas segregados de ensino, uma vez que referente ao trabalho do docente especializado, foi-se muito mais valorizado o processo de reabilitação do que no desenvolvimento do conteúdo escolar, havendo uma defasagem em relação ao conteúdo desenvolvido na classe especial, do que se desenvolveria na série correspondente do ensino regular.

Em 1994, no governo Fernando Henrique, a educação especial foi objeto de políticas específicas, com a promulgação da Política Nacional de Educação Especial (Brasil, SEESP, 1994).

Por meio da avaliação feita pelos propositores da política educacional, constatou-se que a oferta de vagas era inferior à demanda; havia insuficiência de recursos materiais, carência de técnicos para orientação e acompanhamento pedagógico, inadequação da rede física; falta de sistema de monitoramento e acompanhamento dos alunos especiais, dificuldade de manter a permanência na escola; e critérios de operacionalização da integração no sistema regular de ensino.

Em 1997, é publicado pela SEESP, voltadas a formação de professores, um conjunto de ações contendo orientações específicas sobre cada deficiência distinta, intitulada Série Atualizadas Pedagógicas.

As medidas e os procedimentos apresentados nesses volumes envolvem desde a adaptação das condições físicas, integração grupal, adoção de métodos e técnicas de ensino específico, apoio especializado para realização de tarefas, adequação dos conteúdos, objetivos e critérios de avaliação às condições do aluno.

A Série Atualizadas Pedagógicas faz referência sobre a adequação ao

tempo de ensino-aprendizagem às condições reais do aluno, ou seja, o que caracteriza a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual é o maior tempo que leva para se apropriar de conteúdos escolares que alunos sem deficiência se apropriam mais facilmente.

Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem, quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver e desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo.

Esses problemas dificultaram os avanços da educação básica e atropelam os esforços envidados no sentido de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem da pessoa com deficiência

Nesse sentido a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN nº. 9.394/96), assegurou currículo, método, técnica, recursos e organização para atendimento das necessidades dos alunos com deficiência, com professores especializados para atendimentos de suas necessidades específicas e também professor do ensino regular capacitado (Brasil, 1996).

Já com a promulgação da Constituição de 1988, no artigo 59, inciso III, define o direito a educação do aluno com deficiência e a preparação dos professores do ensino regular, efetivando o compromisso para superar as disparidades educacionais das pessoas com deficiência.

A Constituição vem assegurar, que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional, que toda criança tem direito fundamental à educação, deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, possuir características, interesses, habilidades e necessidade de aprendizagem que são únicas, diante de sistemas e programas educacionais implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades daqueles com necessidades educacionais especiais, para ter acesso à escola regular e acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades.

Contudo, a necessidade básica de aprendizagem das pessoas com deficiências requer atenção especial, sendo necessário tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos alunos, com todo e qualquer tipo

de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

Somente em 2008, é que se publicou o documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, ressaltando que a educação especial perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, com atendimento educacional especializado e orienta quanto ao uso de recursos pedagógicos e de acessibilidades que eliminem as barreiras para a plena participação do aluno, além dos serviços disponíveis para atendimento complementar a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (MEC, SEESP).

O Conselho Nacional de Educação promulga a Resolução CNE/CEB nº 04, de 2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, sendo institucionalizado o Atendimento Educacional Especializado (AEE) por meio de instalações de salas de recursos multifuncionais na própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação (Art. 5).

Essas instituições especializadas passam a constituir redes de apoio à inclusão escolar, contudo se considerarmos as diferentes deficiências, verifica-se que existem diferentes métodos e recursos pedagógicos, materiais e estratégias educacionais, faz-se necessária a formação do professor especialista no ensino regular. Nessa perspectiva um professor se responsabiliza pelo atendimento educacional especializado para qualquer tipo de deficiência, uma vez que esse foi o entendimento da Secretaria de Educação Especial (SEESP) que programou o curso de educação a distância, com o objetivo de transformar o atendimento da educação especial em classes de ensino regular.

O curso tem a perspectiva de formação de um único profissional que ofereça apoio, para formação em Braille e Soroban¹ para alunos cegos, formação para trabalhar com a língua de sinais e adaptações didáticas da Língua Portuguesa

¹ É o nome dado ao ábaco japonês, que consiste em um instrumento para cálculo, originalmente chinês e levado para o Japão em torno de 1600. O ábaco chinês, baseado no sistema hexadecimal, possui duas contas na parte superior e cinco na parte inferior, permitindo o uso de valores de zero à quinze. Toda criança japonesa estuda seu uso dos 5 aos 8 anos. Até os dias de hoje, as escolas japonesas ensinam cálculos utilizando o soroban.

com alunos surdos; formação de comunicação alternativa com alunos com paralisia cerebral; formação para trabalhar com as adaptações curriculares necessárias para aproveitamento de alunos com deficiência intelectual.

Nesse sentido, não basta ao professor especializado ter o domínio dos procedimentos específicos como o Braille, à língua de sinais ou a comunicação alternativa, mas também, formação pedagógica suficiente para que esses procedimentos possam ser utilizados em prol da melhoria do rendimento dos alunos sob a responsabilidade do especialista.

Os desafios no sentido de construir uma inclusão escolar qualificada de alunos com deficiência, na medida em que a inclusão escolar não se restringe somente a esses alunos, mas em especial dos alunos das camadas mais pobres da população.

Com os avanços da tecnologia e com a Declaração dos Direitos do Homem e do Genoma Humano feito pela UNESCO, a doutrina estabeleceu a quarta geração de direitos como sendo os direitos tecnológicos, tais como o direito de informação e biodireito.

Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é fundamental para a sociedade, tendo em vista que quase todos os documentos relativos aos direitos humanos têm como referência esta Declaração e, alguns Estados, fazem referência direta nas suas constituições nacionais.

A DUDH ganhou importância extraordinária, contudo não obriga juridicamente que todos os Estados a respeitem e devido a isso, a partir do momento em que foi promulgada, é necessário a preparação de inúmeros documentos que especificassem os direitos presentes na declaração e assim forcem os Estados a cumpri-la.

O direito da criança a educação é proclamado na declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos em 1990.

As várias declarações das Nações Unidas que culminam no documento “Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências”, assegura que os Estados busquem melhoria ao acesso à educação para as pessoas com deficiência e que este seja parte integrante do sistema educacional.

Adotada em Assembleia Geral, a resolução das Nações Unidas de 10 de

junho de 1994, na Espanha, em Salamanca é reafirmado o compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência na educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

A Declaração de Salamanca trata dos princípios, política e prática em educação especial. É considerada mundialmente um dos mais importantes documentos que visam à inclusão social, juntamente com a Convenção sobre os Direitos da Criança (1988) e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), fazendo parte da tendência mundial em consolidação da educação inclusiva.

As ações definidas para estruturação da Educação Especial foram adotadas pela Conferência Mundial em Educação Especial organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, realizada em Salamanca entre 7 e 10 de junho de 1994. Seu objetivo é informar sobre políticas, princípios e prática em Educação Especial. Tal estrutura de ação admite que a pessoa com deficiência tenha o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados e o país possui o direito de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriadas às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Esta estrutura de ação orienta que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem.

Existe um consenso entre as ações governamentais na implantação da Declaração de Salamanca de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva.

O desafio que confronta a escola inclusiva diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem educar todas as crianças. É preciso que se assuma que as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades dessas pessoas, buscando reduzir às taxas de desistência e repetência escolar,

promovendo a integração e participação que são essenciais à dignidade humana e ao exercício dos direitos humanos e sociais.

O documento destaca que as escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

E faz ressalva quanto à necessidade das pessoas com deficiência em receber suporte extra para assegurar uma educação efetiva, sendo esse o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades especiais e seus colegas.

2.1 Serviço Social e a questão da seguridade social da pessoa com deficiência

A atuação do profissional do Serviço Social é destinada a garantir direitos relacionados a saúde a previdência social a educação e a assistência social, relevando os anseios de concretizar ideias de justiça social, igualdade, dignidade da pessoa humana erradicação. O assistente social define suas atribuições na instituição em:

“Dar suporte técnico no acompanhamento das famílias, mediar a relação de escola/família viabilizar e ampliar o acesso aos serviços sociais existentes na comunidade, bem como encaminhar para concessão de (BPC) Benefício de Prestação Continuada, e aos demais programas, atuar no sentido da ampliação da inclusão social e da autonomia e da cidadania plena da pessoa com deficiência e de seus familiares”. (OLIVEIRA, Entrevista 2012 p.10).

A contribuição do Serviço Social para a pesquisa realizada se dá em propiciar os direitos da pessoa com deficiência empobrecidas para que consigam superar a dupla exclusão deficiência e pobreza. Uma pessoa com deficiência precisa de informações sobre seus direitos e acesso a todos os serviços prestado pelo Estado. Portanto o Serviço Social irá viabilizar o acesso ao atendimento, encaminhamento aos serviços sócio assistencial como expressão do direito de todos aqueles que necessitam dos serviços e a garantia de fornecimento de informações exatas dos programas de assistência educação e saúde e previdência social.

Quanto a política de Assistência Social, a legislação que regulamenta (LOAS,1993; PNAS e NOB, 1999) imprimiu-lhe princípios como seletividade e universalidade na garantia dos benefícios e serviços, gratuidade e não-contributividade no que tange à natureza dos direitos; redistributividade, no que se refere aos mecanismos de financiamento; e descentralização e participação, quanto à sua forma de organização político-institucional.

As políticas sociais de inclusão social a pessoa com deficiência sempre foram campo da vida social tensionada pelas disputas dos projetos societários de diferentes grupos e segmentos sociais. No Brasil, tem sofrido mudanças radicais ao longo dos últimos anos.

Sua função estratégica no campo de transformações do mundo do trabalho e na esfera cultural constitui importante componente justificador das alterações que a educação necessita no país.

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, lei 8.742, de dezembro de 1993, constitui-se na regulamentação do artigo 194 da Constituição Brasileira, inserido no Capítulo II, que aborda os direitos sociais, Título II (Dos direitos e Garantias Fundamentais), bem como dos artigos 203 e 204 do Capítulo II (Da Seguridade Social), Título VIII, que trata da Ordem Social, em vigência desde 5 de outubro de 1988.

O artigo 194 coloca a Assistência Social no campo da Seguridade Social, definida como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Constata-se aí alguns aspectos extremamente importantes. Em primeiro lugar, que a Assistência Social passa a ser concebida com política social², ao lado da Previdência e da Saúde. Segundo, que foi incluída na Seguridade, trazendo, portanto, a questão para o campo dos direitos e para esfera da responsabilidade estatal com a “proteção social de todos os cidadãos”.

² Observe-se que as políticas sociais constituem um conjunto de iniciativas públicas ou reguladas pelo Estado, com o objetivo de realizar, fora da esfera privada, o acesso a bens, serviços e renda. Visam: a cobertura de riscos sociais, a equalização de oportunidades, o enfrentamento das situações de destituição e pobreza, o combate às desigualdades sociais, e/ou a melhoria das condições sociais de vida. As políticas sociais são também políticas públicas. Podem ser entendidas também com “o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia de direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público” (Behring, 2000, p. 27).

Para compreender a nova concepção de Assistência Social consubstanciada na LOAS, torna-se necessária a reflexão sobre o significado da Seguridade Social e seu desenvolvimento no Estado de Bem-estar Social.

O autor José Luis Pérez Monereo apresenta, o entendimento do ciclo de vida como sendo parte da evolução do homem, a nova abordagem de Segurança Social que possui a função de proteger as pessoas em todo o ciclo de vida à medida que ocorre diferentes fases evolutivas em que as pessoas costumam passar.

O ciclo de vida aparece como uma técnica organizacional instrumentado para a proteção pública ou situação de risco social as pessoas que dela precisar, devendo ser assegurada por meio de mecanismos organizados pelo poder público como um poder tutelar da comunidade política.

O autor nos remete a significação, ou posição das pessoas no sistema social e sua localização dentro do processo de diferenciação social e da divisão social do trabalho.

A discussão acerca dos ciclos de vida e as implicações e inseguranças que os indivíduos passam durante as etapas da sua vida, o autor argumenta que o Estado precisa rediscutir a Seguridade Social a fim de garantir o bem-estar a todos os indivíduos durante a sua vida, visto que, as relações sociais estão em processo evolutivo e esse processo não é estático, mas dinâmico. Por isso as políticas devem acompanhar essas mudanças e que esse sistema de proteção social deve possuir medidas integradas de proteção.

Nesse contexto, o autor também discute a questão de gênero, bem como as consequências da frágil estrutura do novo modelo econômico do capitalismo moderno que ocasiona as múltiplas expressões da questão social.

Segundo o autor a ideia de ciclo de vida se refere, em perspectiva geral, nas diferentes fases evolutivas através do qual, as pessoas costumam a passar, são várias fases e atividades que mudam ao longo do ciclo de vida de cada pessoa. Diante dos fatos, a vulnerabilidade do ser humano está adquirindo outras características em que a sociedade tem a sensação de insegurança.

A contribuição do Serviço Social com a inclusão social se dá por meio do contexto de desenvolvimento da pessoa com deficiência na sociedade nos diversos espaços da vida social. Isso ocorre devido aos resultados da implementação e efetivação dos processos de inclusão, e não como um pré-requisito para que elas possam fazer parte da sociedade. Sendo assim a prática da inclusão baseia no

modelo social de deficiência, que afirma que o maior problema não está nas pessoas com deficiência, mas sim na sociedade a qual estão inseridas.

Nesse sentido, o ciclo de vida apresenta novos desafios e oportunidades e implica também a existência de novos riscos. As consequências desta mudança são significativas no percurso pessoal, social, política e econômicas e jurídico. E a noção de proteção social e segurança social não são estáticas, mas está sujeita a alterações de acordo com a mudança social.

Para Beveridge, os ciclos de vida e as necessidades a eles devem ser tratados de forma muito mais abrangente pela Segurança Social, e o estado é o principal protagonista das relações de proteção social. A principal característica do plano de Segurança Social era para ele um projeto completo de seguro social que cubra todos os cidadãos e não apenas aqueles que trabalham.

Desta forma, Segurança Social é definido como a manutenção de renda necessária para a subsistência. A característica do relatório é um sistema de “seguro social”, que compreende seis princípios básicos: a uniformidade de benefícios de subsistência, taxa de contribuição uniforme, uniformidade de responsabilidades administrativas, adequação de benefícios, escopo e classificação. Assim Segurança Social torna-se uma condição material para o sistema democrático (MONEREO, p. 6)

Nessa perspectiva o plano de “seguro social” é parte de uma política de implementação de um mínimo nacional, que propõe a remoção da miséria proporcionando rendimento mínimo em todos os períodos de vida, através de contribuições de seguros.

Em uma perspectiva antropológica, a Segurança Social deve caminhar em direção a um novo regime jurídico-protetor do povo. Ou seja, será necessária uma redefinição dos direitos de “cidadania social” de pessoas em todo o ciclo de vida, pois este é o único modo de continuar aspirando à eficiência da proteção pública do povo.

Há grandes dilemas para a política e Previdência Social em uma abordagem de ciclo de vida de trabalho e proteção social pública. As primeiras técnicas de proteção são direcionadas para a cobertura de riscos profissionais. Seguro Social normalmente é configurado com um seguro obrigatório, origem legal, gerido por entidades públicas e voltado especificamente para proteger as necessidades sociais decorrentes de riscos para indivíduos específicos legalmente.

No entanto, apesar do progresso inegável que levou a criação do seguro social, o sistema sofreu muitas imperfeições técnicas, como proteção contra a insegurança econômica dos indivíduos.

Cada risco coberto pela Seguridade Social levou a um seguro diferente, mas todos eles tinham as mesmas características técnicas e campos semelhantes de metas de proteção. Externamente expandiu benefícios e aprofundou a cobertura protetora. Internamente, racionalizou e unificou mecanismos organizacionais de seguro social, dando origem a um sistema de coordenadas únicas.

É a partir da compreensão do sistema de segurança social como um conjunto de meios técnicos específicos de proteção, contra os riscos sociais de caráter individual, de natureza pessoal e econômica, que pode ser concebido o conceito de Direito Segurança Social, o que seria um efeito de estado que é específico tal (MONEREO 2007, p. 17).

Cada risco coberto pela Seguridade Social levou a um seguro diferente, mas todos eles tinham as mesmas características técnicas e campos semelhantes de metas de proteção. Externamente expandiu benefícios e aprofundou a cobertura protetora. Internamente, racionalizou e unificou mecanismos organizacionais de seguro social, dando origem a um sistema de coordenadas únicas.

A Segurança Social reflete a mudança na percepção do “social” que corresponde a metamorfose da questão social nos tempos atuais e não se limita somente as classes trabalhadoras, mas afeta outras pessoas e grupos, uma vez que os ciclos de vida e as necessidades atrelados a eles são tratados de forma mais abrangente pela Segurança Social e o Estado é o principal protagonista.

A visão do liberalismo clássico o indivíduo como um proprietário individual, participante da “sociedade de proprietários”. Isto permitiu um governo de sim para os despossuidores da propriedade para possuir escolha real e uma chance de participar nos assuntos públicos.

Já na visão antropológica o homem é pessoa livre titular de direitos, e o Estado devem garantir certa posição de independência e segurança contra os riscos de existência.

De forma consciente, o Estado social organiza a companhia de seguros, usando a tecnologia de segurança social. Tais proteções incluem a proteção contra os riscos de vida (doença, acidente ou comum, desemprego, maternidade, velhice, morte e sobrevivência), que se refere ao conceito clássico de segurança social.

Neste sentido, o Estado social organiza a companhia de seguros, usando a tecnologia de segurança social como um instrumento técnico para político-jurídica e gestão social e redução de risco. As classes despossuídas não poderiam lidar com a insegurança permanente de sua existência.

No Estado-Providência a gestão é voltada para a coleta dos riscos sociais, neutralizando a insegurança social, tentando reduzir os riscos e cuidar para o sucesso dos benefícios coletivos e reparação dos mesmos. Portanto era preciso uma organização pública de gestão de risco social em resposta a necessidades de proteger os indivíduos.

O modelo “paineano” proposto por Thomas Paine, o modelo bismarckiano proposto por Otto Von Bismarck, e o modelo Beveridgian, defendiam mais espaços para a solidariedade, com a criação de modelos de Segurança Social misto, embora as tendências recentes tendam a separar a lógica da racionalização interna de seguros e de solidariedade.

O autor aponta que é comum observar como fato jurídico e político a redefinição do modelo de Segurança Social em um quadro representado pela crise do Estado-Providência e os modelos de gestão de risco e novas situações de necessidade, presentes e emergentes (MONEREO 2007, p. 26).

Há muitos fatores que determina o objetivo básico de formação de novos riscos sociais e necessidades, que vão determinar uma redefinição de programas de bem-estar, isto é, uma nova arquitetura do Estado-Providência.

Na fase atual, a transição para a idade adulta tende a ser atrasada, ao mesmo tempo é prolongada. Os jovens, especialmente as mulheres precisam, antes de iniciar uma família, priorizar muitos aspectos de suas vidas, uma vez que há instabilidade nos relacionamentos, juntamente com a instabilidade do emprego. Estes são elementos que dever ser levados em consideração para o desenvolvimento de políticas públicas em conexão com idade tendências de evolução dos mercados de trabalho.

Monero 2007 p.29 faz uma relação com o contexto atual que identifica que nas últimas décadas houve mudanças profundas nas formas e estruturas familiares domésticos, o casamento não é mais visto como uma instituição necessária por uma parte significativa da população. O peso dos vários tipos de família passa por uma mudança radical na direção de uma maior diversificação (famílias, de tamanho muito pequeno, um ou duas pessoas, a mulher que

geralmente se transforma em “chefe de família”, como resultado da quebra do vínculo matrimonial) e crescente isolamento de pessoas que optam por viver sozinho em um apartamento.

Assim, as trajetórias de vida são mais numerosas e diversificadas, pessoas que vivem em várias estruturas familiares diferentes, de modo que a instabilidade opera como uma regra de referência vital.

Políticas de segurança social têm sido baseadas em uma noção ultrapassada da família, encabeçada pela tradicional divisão de papéis entre homens e mulheres, e também começou a partir de uma situação de estabilidade das famílias. Isso mudou radicalmente, a ideia-chave por trás: o Estado social deve proteger as famílias mais difíceis, na sua diversidade e estabelece uma série de medidas de apoio específicas, que estão correlacionados com os serviços que a instituição familiar fornece para a sociedade como um todo. (MONEREO, p. 30)

O autor ressalta que o primeiro destaque é referido à conciliação do trabalho e da vida familiar. Desempenhou papel importante na Lei 39/1999, de 05 de Novembro que reflete uma política de apoio a família, oferecendo uma abordagem abrangente e integrada para o problema da conciliação entre trabalho e vida familiar.

Também foi importante é o impacto da Lei Orgânica 3/2007, de 22 de Maio, para a Igualdade Efetiva de Mulheres e Homens. É uma ação judicial que visa combater todas as formas de discriminação que ainda existe direta ou indireta, em razão do sexo e promover a igualdade real entre homens e mulheres, com a remoção de barreiras e estereótipos sociais impedir a sua realização.

Com o sentido de uma política como direito é definido normas internacionais (Convenção da OIT nº 156, de 1981 e Recomendação da OIT, nº 165, de 1981, dos trabalhadores com responsabilidades familiares em nível da União Europeia, Directiva 96/34/CE de 3 e 9 de junho de 1996, relativa ao acordo sobre a licença parental celebrado pelos parceiros sociais europeus UNICE, CEEP e CES).

Nesse sentido o autor destaca que as políticas de emprego têm como uma de seus principais objetivos, aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho e promove a igualdade efetiva entre mulheres e homens, melhorando a empregabilidade e a estabilidade de emprego das mulheres.

Inovações como as da Lei 40/2007, de 04 de Dezembro sobre segurança social, aponta para uma atenção especial para o ciclo de vida induzida pelas partes que compõe o ciclo de vida, tais como envelhecimento da população ativa, mercado

de trabalho precário e as mudanças estruturais nas famílias, faz parte de um processo de diálogo social com objetivos que dão suporte regulatório para adoção de medidas de proteção sobre Segurança Social.

No que diz respeito às medidas tomadas na área da ação protetora dos benefícios econômicos derivados de impostos, estabelecendo um período mínimo de contribuição em 15 anos de negociação real, o equivalente real em dias/partes. A medida ampliatória e o esforço fiscal real se destinam a aumentar e correspondência explícita entre contribuições e benefícios, com o objetivo de fortalecer os requisitos para o acesso.

Desta forma, segurança social e mercado de trabalho estão intimamente ligados desde o nascimento do primeiro. Nesse contexto está em crise o emprego pleno e binômio crescimento econômico, o que já é um impacto muito importante para a segurança social.

Assim novas formas de organizações do trabalho refletem a natureza do trabalho do ciclo de situação difusa e familiar. Novas formas de produção, subtraindo o tempo máximo permitido ao trabalhador, torna-se tempo de trabalho flexível.

O autor relaciona os pensamentos de Foucault, afirmando que o tempo do trabalhador, não só o tempo de seu dia de trabalho, mas é o tempo de toda a sua vida, pode ser usado da melhor maneira possível pelo sistema de produção. Portanto os direitos sociais de cidadania devem transcender o status social-trabalho-emprego e transformar diretamente aos trabalhadores individuais em diferentes ciclos de vida.

Disso deriva a lentidão dos sistemas de proteção social que foram implantados nas sociedades salarial com base na estabilidade das condições de trabalho e um paradigma familiar padronizado, que é reforçada pela imprevisibilidade de muitos dos novos riscos.

A flexibilidade é em si uma estratégia de controle em pessoas de organizações e não apenas em requisito específico sobre as transformações do sistema produtivo. E assim, o autor ressalta que as várias formas de flexibilidade externa adotadas por organizações produtivas têm levado a um índice maior da população em uma situação precária.

A fragmentação dos mercados de trabalho não é nova, mas este processo de diversificação dos mercados de trabalho e as formas de trabalho e de contratação têm sido agravados pela construção da lei de um novo emprego que estabelece e

formaliza diversos mercados de trabalho. Isto é acompanhado por uma mudança para o Estado dos custos de trabalho, ou seja, a transferência para o Estado dos custos que estavam sendo realizadas antes apenas por negócio.

Além disso, a proteção jurídica contra o desemprego é incorporado, Renda Mínima Integração em Proteção quadro de desemprego (RMI) como o estado independente prestação RMI criado em “bem-estar” das políticas CCAA. A RMI proteção no desemprego incorporada está se tornando uma espécie de ajuda de inserção para aqueles que procuram o primeiro emprego estável e um benefício adicional para os que foram expulsos da cobertura social de desemprego (MONEREO 2007, p. 52).

Situação essa que cria um sistema institucional que visa subsidia o setor privado, em paralelo com a aplicação rigorosa de políticas públicas nacionais e comunitárias para conter os gastos públicos com as questões sociais.

É um processo contraditório, uma vez que a governança política exige a manutenção de uma política social coerente e para a preservação das condições necessárias para o bom funcionamento da economia e muitas vezes se usa o estado social sob a lógica da racionalidade instrumental a serviço da economia e grandes organizações empresariais.

Diante dessa afirmativa do autor conclui que a Segurança Social tem prestado bons serviços a reestruturação e ajuste do processo temporário e permanente das empresas. Uma vez que o Estado facilita a construção de leis de trabalho flexível. E a situação de incertezas na economia conduz a introdução de normas mais flexíveis que garante o Direito do Trabalho, o que resulta por parte dos trabalhadores aceitarem essas mudanças regressivas, do que terem que passarem pelo risco da perda do emprego.

Mercado de trabalho europeus enfrentam o desafio de combinar uma maior flexibilidade com a necessidade de maximizar a segurança para todos. Desta forma, a ideia de segurança está ligada não só para o ciclo de vida de trabalho, mas também o ciclo de vida familiar e proteções sociais. Em uma visão geral, a ideia gera uma presente abordagem da flexigurança é a necessidade de conciliar, de alguma forma, flexibilidade e segurança.

É importante determinar o papel dinâmico da segurança social, a fim de assegurar a disponibilidade em todo o ciclo de vida, adaptado e alterado, na ideia de garantia de uma base ou núcleo comum ou de proteção, mas também diferença de

proteção específica, pois, as pessoas exigem direitos diferentes em cada fase da vida. Devem-se estabelecer estratégias de controle de ativos e processos de flexigurança políticas públicas que assegurem os direitos sociais mínimos no trabalho e no tempo de inatividade profissional (MONEREO 2007, p. 57).

Nessa perspectiva, o autor ressalta que por tais mudanças nos ciclos de vida se faz necessário buscar condições de empreender ações que afetem ao mesmo tempo, a flexibilidade dos mercados de trabalho, organização do trabalho e relações de trabalho como um todo, e segurança, tanto em termos de emprego e de Segurança Social.

Defende a ideias também, que a execução das políticas acordadas deve estar em busca de soluções coletivas e empresariais, para que se haja a transição entre as diferentes situações de trabalho, no sentido de ajudar as empresas a responder de forma mais flexível as necessidades da economia, baseadas nas inovações e nas mudanças que a competitividade do mercado exige.

Sistema de segurança social deve garantir a condicionalidade das prestações e um controle eficaz dos esforços de procura de emprego por parte dos beneficiários e deve garantir a possibilidade de os trabalhadores temporários. Nesse sentido, a introdução de um sistema de bem-estar social seria um meio ideal para aumentar a mobilidade dos cidadãos e reduzir sua dependência de apoio familiar informal.

Novas formas de organização da produção na economia contemporânea estão moldando o surgimento e proliferação de novas formas de divisão do trabalho, causando uma crise de subordinação jurídica quanto ao emprego, tanto quanto a complexidade e heterogeneidade do Estado de direito constitucional, que deve-se criar um modelo de proteção social pública com extensão e aperfeiçoamento de mecanismos de proteção contra os riscos de existência e se destaca políticas do trabalho e Segurança Social, com políticas de promoção de emprego e combate à exclusão social (MONEREO 2007, p. 105).

O sistema de segurança social, pilares da forma política do Estado social, trouxe a promessa de erradicar a pobreza e a desigualdade social extrema. Esta promessa não foi cumprida, apesar dos avanços na proteção social, devido à ocorrência de um conjunto de fatores que incluem novas formas de emprego, desemprego em massa “flexível” e, portanto, crescente desigualdade. Na verdade, a exclusão social está ligada ao desemprego e, especialmente, de longo prazo e falta

de recursos básicos econômicos resultantes da falta de emprego remunerado ou emprego precário.

Diante disso, a exclusão social é o resultado de processos de marginalização associadas impossibilidades graves ou dificuldades de acesso as proteções dispensadas pela integração social. Daí o aumento de programas sociais públicos na Europa a implementar medidas contra a exclusão social, a promoção da inclusão. Programas que tentam combinar e articular as medidas de política de emprego e segurança social, ou de proteção social pública.

A crise da sociedade salarial, que é deslocado lentamente sociedade de risco e insegurança está ligada a crise do emprego gerado, por um lado, pelo desemprego estrutural e de longo prazo, e por outro lado, pelo subemprego e alta taxas de temporários números verdadeiramente alarmantes. Insegurança no emprego e aumento do desemprego estrutural representa a expressão de uma falta de áreas profissionais na estrutura social.

Com a nova forma de organização da produção em uma economia global altamente competitiva, podemos explicar que a insegurança no emprego e desemprego no atual processo de modernização reflexiva e flexibilização.

O fenômeno da exclusão destaca as deficiências dos programas de bem-estar existentes e a necessidade de redefinir suas políticas através de um Estado-providencia ativo que proporcione medidas passivas e ativa de emprego e reemprego.

A noção de cidadania está ligada a ideia de que a participação em uma comunidade política é o reconhecimento de um padrão de direitos sociais que deve permitir que cada cidadão deva ser tratado como um membro, na sociedade de iguais, permitindo acesso básico para o exercício efetivo dos direitos e deveres que garantam a satisfação das necessidades humanas em termos de direitos.

Portanto, o foco do “ciclo de vida” ainda é útil para organizar a proteção da Previdência Social, mas sempre adotando cuidados para grandes mudanças que ocorreram. O ciclo de vida deve ser uma técnica de organizar a ação protetora de pessoas em sistemas públicos de proteção social, especialmente de Segurança Social (MONEREO 2009, p. 164).

O conjunto de políticas públicas e sociais deve possuir uma lógica de proteção diferenciada com relação aos fenômenos da exclusão social, que requer a articulação de um conjunto de medidas públicas de especificidades.

Portanto, a Segurança Social deve caminhar em direção a um novo regime jurídico de proteção de pessoas, caminhando para uma gestão de ciclo de vida mutável e flexível, com uma redefinição dos direitos de “cidadania social” das pessoas em todas as novas necessidades que são identificadas para que haja cobertura social.

O foco da reestruturação deve estar ligado a luta contra a pobreza e a desigualdade extrema, reorientando o sistema de proteção entre os grupos e indivíduos desfavorecidos, redefinindo da cidadania social com a realização de políticas de proteção e apoio familiar envolvendo vários aspectos das necessidades integral das famílias. Implantando políticas e medidas articuladas com as políticas de segurança social e de medidas de política de emprego.

Enfim, o autor apresenta os vários ciclos de vidas, as transformações que cada um deles, influenciado pelo contexto político, econômico, histórico. Ele também faz uma abordagem jurídica sobre o tema e afirma que para combater as inseguranças vividas pelos cidadãos nos ciclos de vida tem que haver empenho do Estado, na qual, este deve prover e regular a Seguridade Social acompanhando as mudanças das relações sociais.

O Serviço Social é uma profissão interventiva, que atende as demandas imediatas da sociedade e que estão diretamente ligadas as dinâmicas das relações entre o Estado e a sociedade civil. Assim, busca alternativa e possibilidades de trabalho frente à questão social no cenário atual e por isso deve formular propostas de intervenção capazes de gerar condições do pleno exercício democrático na vida social.

O desafio profissional que está presente é de apontar alternativas que sejam solidárias com o modo de interagir dos usuários com a sociedade de modo geral, suas condições de vida e de trabalho, seus interesses e experiências, suas manifestações culturais, social, política, que identifique o modo de ser e de pensar, de enfrentar e resistir a essas desigualdades sociais.

A legislação específica de responsabilidade do Poder Público e seus órgãos representativos como a Educação, Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos é bastante ampla em defesa ao direito fundamental de todo cidadão, em especial a pessoa com deficiência, entretanto, muitas vezes, falta divulgação e implementação de políticas sociais precisas, capazes de torná-las acessíveis as pessoas com deficiência.

A integração escolar da pessoa com deficiência, apesar de ser regulamentada, ainda assim é necessário executar medidas que possibilite o acesso da pessoa com deficiência na classe regular, com aporte específico para suas necessidades de assistência pedagógica de professor especialista e, portanto, é necessário criar condições especiais para alcançar o direito fundamental.

Além disso, para que a pessoa com deficiência tenha seus direitos fundamentais garantidos através do acesso a escolarização, se faz necessário ainda, além do aparato legal, oferecer condições para garantir a igualdade de oportunidades e de desenvolvimento de suas potencialidades.

Considerando que a igualdade de oportunidades às pessoas com deficiência na escola e nas demais esferas sociais tem como princípios a acessibilidade, inclusão e a cidadania, reafirma-se a concepção de direitos humanos e a garantia das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência.

É preciso investimentos em readequação arquitetônica, equipamentos, mudanças curriculares, capacitação de professores, envolvimento da família e comunidade nesse processo de inclusão da pessoa com deficiência.

[...], o acesso a escolarização e ao ensino superior, cada vez mais crescente em meio às pessoas com deficiência físicas e sensoriais, a visibilidade adquirida da deficiência como diferença, bem como a difusão da legislação, devem contribuir para transformar a caridade num direito (UNB, p. 223).

A inclusão social é entendida como um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (SASSAKI, 1997,p.41)

Vale ressaltar que os avanços alcançados nessa trajetória e política sociais de atendimento a pessoa com deficiência é bastante significativo, mas ainda não é o suficiente tem muito a ser mudado, o preconceito ainda persiste em relação a pessoa com deficiência a lei da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho não é efetiva, a política de assistência social é seletiva e excludente, mesmo com a nova LDB há rejeição da criança que é pessoa com deficiência por parte das escolas de ensino regular entre outros.

Diante disso percebe-se, que há ainda diversas barreiras para serem eliminadas que vai desde a adaptação em ambientes físicos a transformação da

mentalidade das pessoas, inclusive da pessoa com deficiência para que esse segmento seja realmente transformado partindo de cada pessoa com deficiência para acessar as principais informações aos bens e serviços efetivação de seus direitos enquanto cidadãos, em busca da inclusão social.

Neste contexto, o assistente social é um profissional voltado para atuar diretamente na realidade a partir das expressões da questão social sendo o objeto de estudo e ação profissional, essas expressões se caracterizam pelas forças de resistência das desigualdades sociais, as quais tornam visíveis pela falta de acesso da população aos direitos sociais. Além disso o profissional necessita ter compreensão acerca do Projeto Ético Político da profissão, dos seus conhecimentos teórico- metodológico, ético- político e técnico- operativo, ou seja, ter comprometimento com o fazer profissional, com os usuários dos serviços e com o Código de Ética da Profissão.

Admitindo tais pressupostos, é possível concluir que as políticas sócio assistenciais geridas pelas empresas não excluem a participação do trabalhador (de forma organizada ou não) na sua formulação, inclusive como estratégia de atendimento a interesses tanto do capital como do trabalhador. (MOTA, 1985,p.93)

Diante da reflexão acerca da inclusão social dos direitos da pessoa com deficiência bem como ter empenho na eliminação de todas as formas de preconceito se constitui como deveres enquanto assistentes sociais comprometidos com a ampliação e consolidação da cidadania, visando uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao focar a participação do trabalhador como requisitante potencial do Serviço Social nas empresas, afirma-se que a sua participação na construção da prática da profissão. E como descreve a autora:

O pressuposto da afirmação é dado pelo fato de que o trabalhador, ao não ter suas necessidades satisfeitas pela remuneração salarial, exerce pressão sobre a empresa no sentido de que suas necessidades sejam atendidas como uma imposição para reproduzir sua força de trabalho. (MOTA,1985, p.93)

CAPITULO II

3 EMPREGADORES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ESPAÇO DE DISCUSSÕES E REFLEXÕES NA ATUAL CONJUNTURA

Nos últimos anos tem-se assistido a uma crescente reação de diversos movimentos de resistência a biopolítica de controle e medicalização do corpo e da subjetividade, conforme apresenta Ortega, 2004p,97

No caso de deficiência, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência traz a seguinte definição: “É importante ressaltar que os significados construídos em torno de gênero e deficiência devem ser compreendidos como a relação entre o corpo e o poder, sendo frutos de disputas e ou consensos entre os diversos saberes, e não algo dado, estático e natural”.

O modelo social da deficiência, inicialmente proposto por Oliver (1983), identificou duas grandes formas de opressão contra as pessoas com deficiência: a primeira é a discriminação socioeconômica; a segunda, a medicalização da deficiência e sua relação com saúde/doença.

Diante deste, contexto pode-se afirmar que as pessoas com deficiência são oprimidas pela sociedade, por terem algum tipo de limitação, mas a sociedade tem que admitir que esta limitação está na sociedade e não na pessoa com deficiência.

Contudo, Lloyd (1992) sustenta que elas são pertinentes à deficiência, mas não ao gênero, uma vez que não contemplam, em nenhum momento, a realidade específica baseada no duplo enfoque, gênero e de deficiência: a discriminação experimentada por pessoas com deficiência.

Em função disso, reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência, e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 1988, p.104).

Nota-se diante do contexto, que a participação da pessoa com deficiência na sociedade é mínima, mas pode-se mudar esse quadro e para que isso aconteça a sociedade tem que ser igualitária nas oportunidades para todas as pessoas e

principalmente para as pessoas com deficiência para que sejam incluídas, de fato, na sociedade, independentes de leis e/ou normativas.

Vale ressaltar, que é complexo analisar qualquer relação ao tipo de deficiência das pessoas, dificultando assim na hora de avaliar de maneira objetiva estas circunstâncias e necessidades individuais. Outro aspecto que não é fácil de resolver, é especificar quais são as tarefas que podem ser realizadas ou não, conforme o tipo de deficiência.

Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência, ao coletivo e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (BRASIL, 1988 p.99)

Diante destes complexos em relação com as pessoas com deficiência pode-se observar que as avaliações terão que ser de maneira objetiva, de modo que todas as pessoas têm algum tipo de limitação seja ela com deficiência ou não.

Nesse sentido ressalta-se que a experiência, é a racionalização de um processo ele mesmo provisório, que redundando em um sujeito, ou melhor, em sujeitos. Eu chamaria de subjetivação o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que não é evidentemente mais que uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si o original, desse modo, reconhece-se a deficiência como uma das possibilidades de transformação do sujeito, contrapondo-se às ideias hegemônicas de tratá-la tão somente como um fardo, desvio, aberração, perturbação ou anormalidade. (FOUCAULT, 2004, p. 262).

Vale ressaltar, que por tratar de uma pessoa com deficiência não se pode tratá-la com preconceito, mas sim reconhecer a deficiência como uma possibilidade de transformação do sujeito de modo que essa pessoa ocupe seu espaço na sociedade sem preconceito de forma positiva sem negar seus direitos como ser social.

Daí a necessidade de reconhecer a importância, para as pessoas com deficiência, de sua autonomia e independência individuais, inclusive da liberdade para fazer as próprias escolhas, as pessoas com deficiência devem ter a oportunidade de participar ativamente das decisões relativas a programas e políticas, inclusive aos que lhe dizem respeito diretamente. (BRASIL, 1988, p.104).

Simonelli (2009), quando ressalta a importância do mapeamento das

empresas de um município sobre a contratação de pessoa com deficiência ou reabilitadas e de caracterização do perfil desta população junto aos serviços assistências e organizações não governamentais locais, uma vez que o ingresso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho intensifica o processo de inclusão social.

Para ocorrer uma inovação no mundo é necessário ações para dirimir a exclusão social. O acesso ao trabalho é um direito fundamental do ser humano positivado na Constituição de 1988 que tem como um de seus fundamentos o valor social do trabalho e tem um vasto elenco de direitos sociais que garantem o acesso e desenvolvimento digno de uma atividade laboral. Segundo Ricardo Tadeu (2002, p.66).

O direito ao trabalho constitui-se como direito social, devendo o estado mobilizar-se para realizar políticas de pleno emprego. Isto é claro, porque a partir do trabalho o ser humano conquista tal independência econômica e pessoal, reafirma sua capacidade produtiva exercita sua autoestima e se insere na vida definitivamente. (TADEU, 2002 p.66).

No que se refere ao direito ao trabalho diante do contexto atual, nota-se que o trabalho realiza o ser social e conquista independência econômica, pois esse trabalho que realiza o ser é o mesmo que é responsável pelo processo de humanização do homem pela produção e reprodução de existência efetiva através do trabalho e ao mesmo tempo recebe o salário pela realização do trabalho.

Vale ressaltar que o trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição de sua existência, é o ponto de partida para a humanização do ser social e o motor decisivo do processo de humanização do homem, o trabalho que edifica o homem, a igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da objetividade de valor dos produtos de trabalho no meio de sua duração assume a forma de receber o salário pela sua força de trabalho e objetiva-se através da produção e reprodução da sua existência se efetiva através do trabalho (ANTUNES, 2003, p.125).

No que se refere o ingresso da pessoa com deficiência no mercado de trabalho se dá que de um lado qualificar a empresa, e do outro, qualificar a pessoa com deficiência, destacando as características do processo de trabalho e a reprodução da força de trabalho, com características atípicas que a distingue dos demais trabalhadores brasileiros.

Nota-se, que é importante observar que o trabalho constitui-se como

direito social, e como um momento fundante do ser social seja ele pessoa com deficiência ou não, pois o trabalho edifica o ser de modo igualitário, sendo ele uma pessoa com deficiência ou não diante do trabalho vai exercer o mesmo papel de uma pessoa não deficiente, pois tem a mesma capacidade de uma pessoa não deficiente pois só necessitará de oportunidade para exercer seu trabalho.

Diante das discussões dos autores observa-se, que o trabalho edifica o ser de maneira igualitária sendo ela uma pessoa com deficiência ou não, mas o que todos trabalhadores têm em comum é a precariedade no emprego, remunerações desiguais, mas o acesso da pessoa com deficiência é um direito a inclusão na sociedade.

É importante ressaltar que paralelamente a essa tendência, há outra também extremamente significativa dada pela subproletarização do trabalho, como relata o autor:

[...] presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, vinculados a economia informal entre tantas modalidades existentes, essas diversas categorias de trabalhadores tem em comum a precariedade do emprego e da remuneração, a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial. (ANTUNES, 2003 p.94).

Diante desse contexto, percebe-se que no trabalho há precariedade vinculados a economia informal, isto é, são trabalhadores que não possuem registros em carteira, por isso são obrigados a trabalhar de forma precária para conseguir suprir suas necessidades em geral.

É necessário analisar, conforme o autor apresenta:

Os novos processos de trabalho emergem, onde o cronometro e as produções em serie e de massa são substituídos pela flexibilização da produção pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. Ensaia-se modalidade de desconcentração industrial buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os círculos de controle de qualidade, a gestão participativa, a busca da qualidade total de trabalho. (ANTUNES, 2003, p. 23).

Diante dos fatos apresentados, vale ressaltar que com esse processo de produção em massa as empresas realizam contratações de pessoa com deficiência somente por meio do decreto sobre a obrigatoriedade dessas contratações, pois na

verdade essas empresas visam ao lucro na adequação da produção de mercado.

Neste sentido observa-se que:

A produtividade do trabalho aumenta sem cessar, e, com ela, desenvolvem-se a propriedade privada e as trocas, as diferenças de riqueza, a possibilidade de empregar força de trabalho alheia, e com isso a base dos antagonismos de classe: os novos elementos sociais, que, no transcurso de gerações, procuram adaptar a velha estrutura da sociedade às novas condições, até que, por fim, a incompatibilidade entre esta e aquela leva a uma revolução completa. (NOGUEIRA, 2004, p.6).

No que se refere a essa produtividade do trabalho sempre irá existir diferenças de riquezas e diferença na força de trabalho pois a sociedade sempre irá deixar bem claro que essa diferença existe entre a produtividade da pessoa com deficiência e da pessoa não deficiente deixando explícito tal preconceito contra esse público.

Vale ressaltar, que as barreiras que a sociedade de classe coloca a integração social da pessoa com deficiência, todavia, não apresenta, no processo de seu aparecimento e vigência, muita uniformidade.

Na medida em que esses obstáculos são regulados pelas necessidades da ordem imperante na sociedade competitiva e não pela necessidade que porventura tenham as pessoas com deficiência de se realizar através do trabalho, as oportunidades sociais oferecidas variam em função da fase de desenvolvimento do tipo social em questão ou, em outros termos, do estágio de desenvolvimento atingido por suas forças produtivas. (SAFFIOTI, 1976, p. 35-36).

Diante disso, percebe-se as barreiras que a sociedade apresenta, no que se refere a inclusão da pessoa com deficiência de modo geral, sendo na sociedade ou no mercado de trabalho, está criando mais obstáculos competitivos impedindo que as pessoas com deficiência exerçam tais oportunidades sociais oferecidas para esse público.

A partir dessas reflexões, pode-se afirmar que as consequências ideológicas e políticas da super acentuação das relações de trabalho são sérias o bastante para nos levar a fazer sóbrias e cautelosas avaliações do grau do imperativo da flexibilidade.

[...] mas considero igualmente perigoso fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos

mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente. (ANTUNES, 2003, p.178-179).

No que se refere as relações de trabalho a flexibilidade é para desmitificar a jornada árdua enfrentadas pelos trabalhadores, essas explorações ainda estão presentes no trabalho de forma em geral, pois o que importa aos empregadores é somente o lucro e não a flexibilização do trabalho.

Na mesma direção (Antunes, 2003 p. 28) continua afirmando que:

A flexibilidade são processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.(ANTUNES, 2003, p. 28).

Neste sentido a flexibilidade no trabalho é processo criado pelo mercado para garantir padrões, mas sempre para aumentar o lucro de forma que sempre irá contar com a força de trabalho de um trabalhador que terá que cumprir sua jornada de trabalho para garantir seu sustento.

É importante destacar que:

As perspectivas que se inseriam em ações mais globais que visam a emancipação do trabalho, a luta pelo socialismo e pela emancipação do gênero humano, operando uma aceitação também acrítica da social-democratização, ou o que é ainda mais perverso, debatendo no universo da agenda e do ideário neoliberal. A defensiva dos sindicatos frente a privatista é expressão do que estamos nos referindo, o esgotamento de uma tentativa de construção de uma sociedade que não conseguiu ir além do capital e que por isso não pode constituir se nem mesmo enquanto sociedade capitalista. (ANTUNES, 2003, p.42).

Diante disso, o trabalhador conta com ações que visam garantir a emancipação do trabalhador, mas ainda bem privativo quando se refere ao direito desse trabalhador e o esgotamento do esforço da sociedade em ir além do capital, pois o sonho fica ainda cada vez mais impossível.

Nesse sentido entende-se que o trabalho da era da globalização e da acumulação flexível superou a fragmentação da atividade, uma vez que precisa ser múltiplos e polivalentes, para o trabalhador não lhe basta usar os músculos precisa ceder, também, ao benefício do capital sua potencialidade de pensa, de gerenciar, de organizar e participar ativamente das atividades da empresa. (FERNANDES, 2014, p.58).

As condições de trabalho e da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e na sociedade para que essas pessoas tenham mais oportunidade no que se refere a qualificação, essas pessoas precisam de oportunidade no mercado de trabalho e ser avaliada e aferida sua capacidade, assim como o trabalhador não deficiente, a não ser se for uma obrigação de contratar uma pessoa que não possua capacidade técnica para exercer determinada função.

No que se refere ao trabalho, Ricardo Antunes (2003), afirma que o trabalho não encontra, em suas tendências dominantes, especialmente nos seus órgãos de representação sindicais, disposição de luta com traços anticapitalistas.

As diversas formas de resistência de classe encontram barreiras na ausência de direções dotadas de uma consciência para além do capital, o mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidade e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto a contradição entre indivíduo e sua classe, quanto aquela que advém da relação entre classe e gênero, tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea.

É importante apresentar o que Fernandesdescreve sobre o assunto:

A diversidade na sociedade de classes, admitindo o fato de que cada indivíduo possui inúmeras características que o diferenciam dos demais, entendem-se também que multiplicidade de expressões singulares se coloca em um mundo padronizado, mediado por relações de exploração e desigualdades. Por mais que haja uma dinâmica intensa na forma como as pessoas viviam a história, não é possível negar a tendência unificante que existe no social e na divisão entre as classes sociais. As diferenças na sociedade de classe, no qual se trabalha com o conceito de diversidade da condição humana situado nas margens da sociedade capitalista caracterizada pela realidade da classe social. (FERNANDES,2014, p. 68).

Assim, fica mais claro perceber que a diversidade é o conjunto das diferenças e peculiaridades individuais. “Algo em cada ser humano que é impossível padronizar, por mais que a sociedade deseje unificar. É peculiar a cada pessoa uma série de definições que fazem parte de suas características enquanto indivíduo único, a singularidade própria dos seres humanos pressupõe diferenciações”. (FERNANDES, 2014, p.122)

O mesmo autor apresenta ainda que a diversidade na sociedade e a luta de classe admitindo o fato de que cada indivíduo possui inúmeras características

que diferenciam dos demais entende-se também que multiplicidade de expressões singulares se coloca em um mundo padronizado, mediado por relações de exploração e desigualdades.

Analisa que por mais que haja uma dinâmica intensa na forma como as pessoas vivem a história, não é possível negar a tendência unificante que existe no social e na divisão entre as classes sociais. As diferenças na sociedade de classe, no qual se trabalha com o conceito de diversidade da condição humana situado nas engrenagens da sociedade capitalista caracterizada pela realidade da classe social.

Neste contexto, Fernandes afirma que é fundamental:

Entender o fato da diferenciação social estar associada à “estratificação social”. O que significa dizer que as desigualdades de poder, riqueza e prestígio social, em suas variadas formas, são as características principais do processo de diferenciação. As qualidades pessoais dos indivíduos ocupam lugares determinados dentro da sociedade e seus compartimentos. Cada indivíduo surge dentro de algum distinto grupo que já tem estabelecido determinado lugar no social. A partir desse lugar se estruturam diferentes condições de acesso ao mundo social. A “diferenciação social”, assim entendida, está na perspectiva inversa do entendimento de que a diversidade da condição humana deve compor o mundo. (FERNANDES, 2014, p. 125).

Neste sentido, a socialização dos indivíduos se faz nos processos sociais e as diferenciações são consequências do mesmo processo.

Os padrões, as normas, as regras do mundo social são absorvidos pelas pessoas, a fim de que elas possam se socializar e, aqui há uma demanda social pela igualar dos comportamentos e da produtividade. Há necessidade para cada pessoa de se tornar igual ao seu grupo, de negar suas diferenças pessoais e se esforçar para produzir de acordo as exigências do mercado de sua época histórica. A apreensão das formas relacionais, os modelos que serão internalizados desde a infância vão constituindo esse processo de socialização (FERNANDES, 2014, p.125).

Nessa perspectiva o autor afirma que:

A individualidade humana se encontra atravessada por uma diversidade de vetores externos à interioridade, esses permeiam a consciência individual do ser social. Não há dicotomia entre indivíduo e sociedade, entre sujeito e objeto, singular e universal. Há uma interdependência entre o sujeito e seu contexto natural e social. Existe uma forte conexão entre as partes e o todo, ou seja, entre o ser que é uma parte do universo e todo este conjunto que consolida a vida humana, situando-a no universo natural, político, ideológico, cultural, social, econômico e mais uma vez humano. O indivíduo é único e indivisível, se constitui enquanto tal, na trama das múltiplas relações da sociedade. (FERNANDES, 2014, p.132).

A partir dessa reflexão, pode-se concluir que a diversidade na perspectiva analítica marxiana, o não acesso ao social por parte de tantos segmentos sociais discriminados, vem na esteira da produção simbólica e concreta de uma cultura de normalidade que atinge a materialidade do modo de vida dos grupos desta sociedade estruturada pelo Capital.

Um modo de vida que não se enquadra nos padrões de produtividade e normalidade estática desta sociedade receberá a marca da incapacidade. As relações de poder que permeiam a questão da produção da cultura e da materialidade da vida social vão balizar a forma como o ser social se situa na complexidade de seu convívio neste contexto. (FERNANDES, 2014, p.135)

3.1 Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho no município de Miracema do Tocantins

A pesquisa de campo foi realizada com dois empregadores e duas pessoas com deficiência de Miracema do Tocantins, por meio de entrevista que se realizou no comércio dos próprios empregadores e na residência das pessoas com deficiência, não posso dizer que foi fácil realizar a entrevista, pois observa-se que os empregadores não têm tempo disponível para responder as perguntas ou as vezes não querem responder por serem tímidos, mas quando refere-se aos mesmos que eu poderia responder as perguntas e entregar surgiu a tranquilidade, mas por outro lado percebe-se que as pessoas com deficiência demonstraram bastante interesse de responder a entrevista.

Neste tópico, será discorrido os resultados da pesquisa que buscou compreender o ponto de vista dos empregadores e das pessoas com deficiência sobre o mercado de trabalho em Miracema. Para tanto, antes de apresentar a análise da discussão dos dados, é necessário descrever o perfil dos empregadores e das pessoas com deficiência pesquisados.

Quadro 01: Caracterização dos empregadores sujeitos da pesquisa de campo

Empregador	1	2
Idade	28	36
Cidade	Miracema	Miracema
Raça/etnia	Pardo	Negro

Sexo	Masculino	Masculino
Nacionalidade	Brasileiro	Brasileiro
Estado Civil	Casado	Casado
Naturalidade	Araguatins	Dois irmãos

Fonte: Excel // Ana Paula (2018)

Conforme o quadro 01, verifica-se que a maioria dos entrevistados são do sexo masculino, o que pode-se confirmar que a presença masculina predomina na pesquisa realizada com os empregadores e pode-se confirmar que a presença feminina não predomina nesse público, sendo os homens com o maior número. Tal presença marcante não é só do tempo atual, mas remonta desde a gênese da profissão.

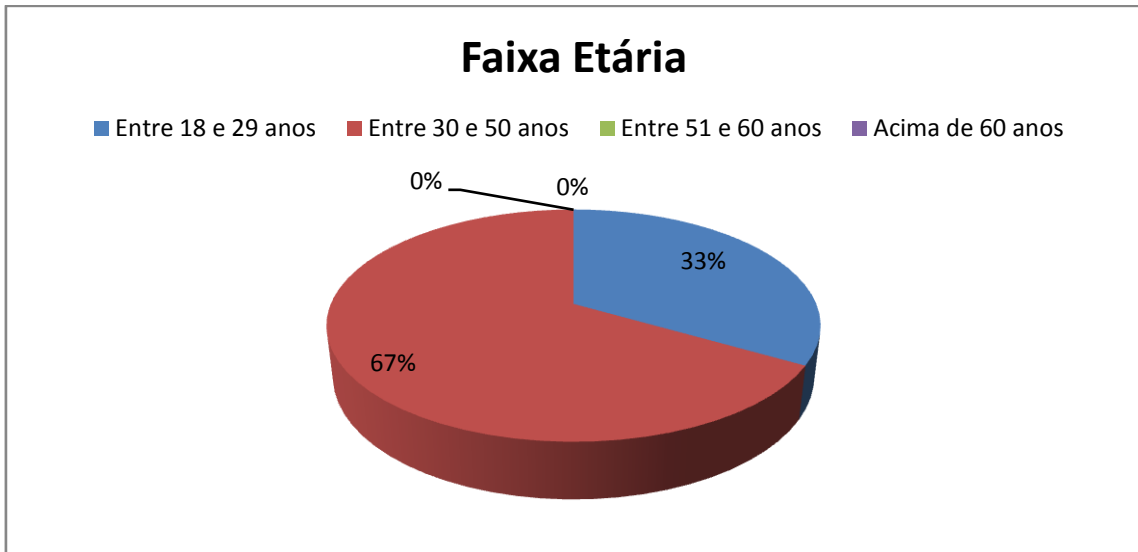
Quadro 2: Caracterização das pessoas com deficiência sujeitos da pesquisa de campo

Pessoa com deficiência	1	2
Idade	40	37
Cidade	Miracema	Miracema
Raça/etnia	Negro	Pardo
Sexo	Masculino	Feminino
Nacionalidade	Brasileiro	Brasileiro
Estado Civil	Solteiro	Casada
Naturalidade	Miracema	Miracema

Fonte: Excel // Ana Paula (2018)

De acordo com o quadro ,percebe-se que a maioria dos entrevistados que são pessoas com deficiência são de sexo masculino, e do sexo feminino, pode-se confirmar que a presença masculina e feminina está presente com alto índice nesse público.

Gráfico: 01 Faixa Etária

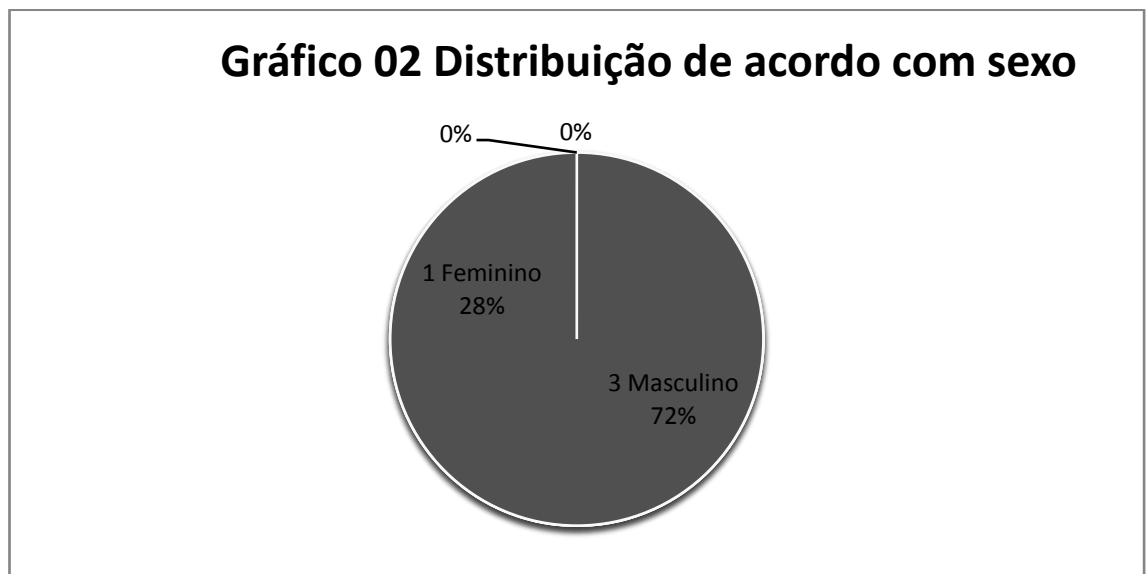


Fonte: Excel // Ana Paula (2018)

De acordo com o gráfico acima, fica evidente que a menor incidência dos sujeitos da pesquisa estão na faixa etária entre 18 a 29 anos, o que corresponde a 33% (1 pessoa), enquanto a maior incidência está entre a faixa de 30 a 50 anos com 67% (3 pessoas). Entre 51 a 60 anos e acima de 60 anos o percentual é 0%, ou seja, nenhum entrevistado da qual devolveu a entrevista se enquadrava nessa faixa etária.

O Gráfico abaixo apresenta em forma de porcentagem a divisão dos empregadores e das pessoas com deficiências pesquisadas entre masculino e feminino.

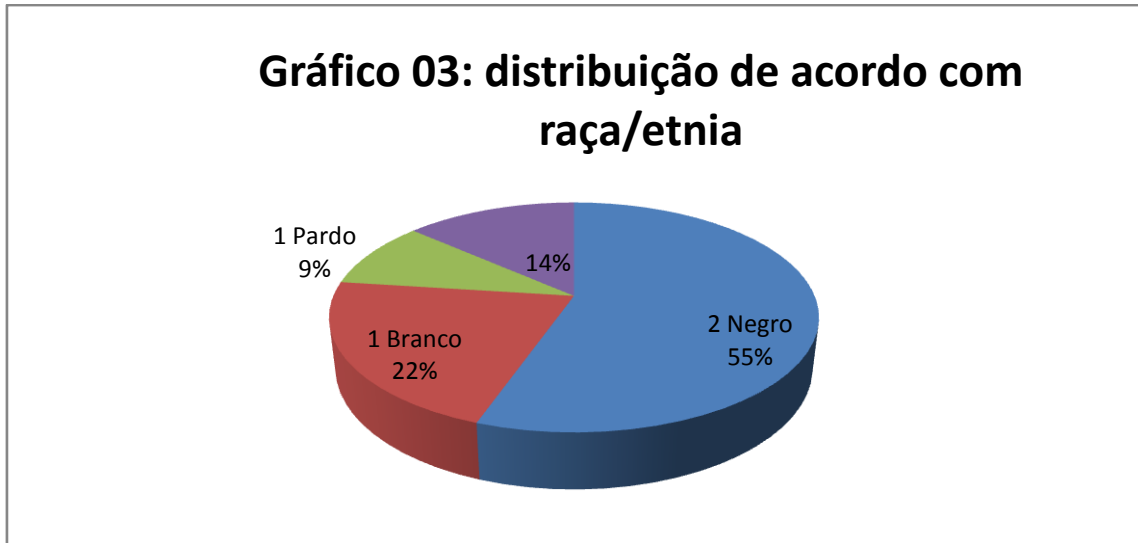
Gráfico: 02 Distribuição de acordo com o sexo



Fonte: Excel // Ana Paula (2018)

Como demonstra o gráfico acima, uma pessoa com deficiência é do sexo feminino, correspondendo a 28% das pessoas com deficiência pesquisados e, uma pessoa com deficiência do sexo masculino e dois dos empregadores entrevistados é do sexo masculino correspondendo a 72%. Essa presença de mais homens do que mulheres não é só no meio dos empregadores, mas também pode ser percebido entre as pessoas com deficiência inserido no mercado de trabalho.

Gráfico: 03 Raça e Etnia



Fonte: Excel // Ana Paula (2018)

Em relação a raça/etnia, percebe-se que a maior parte dos sujeitos da pesquisa se declararam como negros (02 pessoas) correspondendo a um percentual de 55%, com 22% (01 pessoa) se declararam branca e 14% (01 pessoa) se declara pardo. Vale ressaltar, que foi feita a entrevista com todos esses trabalhadores e empregadores de Miracema do Tocantins. Quanto ao estado civil dos pesquisados, um empregador é casado, outro empregador que foi entrevistado é divorciado, no que se refere os entrevistados que é as pessoas com deficiência uma é solteira e a outra pessoa é casado e tem uma filha que também é pessoa com deficiência.

E para finalizar a caracterização dos sujeitos dessa pesquisa, com base nas entrevistas no que se refere a ocupação dos entrevistados, temos dois empregadores um é comerciante autônomo, o outro é gerente de uma loja de departamentos. As duas pessoas com deficiências entrevistadas, um é funcionário estadual concursado com o cargo de Assistente Administrativo, e outra pessoa entrevistada é secretária em uma empresa privada que tem um número alto de funcionários.

No próximo tópico, será descrito de forma detalhada a análise dos dados colhidos mediante de entrevista semiestruturada referente as perguntas abertas.

CAPITULO III

4 A REALIDADE DOS EMPREGADORES E DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE MIRACEMA

O instrumento utilizado na pesquisa para a coleta de dados foi a entrevista estruturada, dividido em duas partes: a primeira parte é a da identificação que possibilitou descrever a caracterização do perfil dos entrevistados conforme detalhado no tópico anterior e a segunda parte é composta por 13 perguntas abertas referentes ao tema do projeto de pesquisa. Vale ressaltar, que a identificação dos entrevistados no decorrer do relatório se dará por meio da numeração da entrevista (01, 02, 03 e 04).

A primeira pergunta da entrevista, conforme Anexo A, era referente ao mercado de trabalho, se os entrevistados estavam inseridos no mercado, a sua opinião sobre essa inserção no mercado de trabalho em Miracema. De acordo com o tema abordado, obtivemos as seguintes respostas (Empregador01) - essas pessoas precisam somente de oportunidade para serem inseridas no mercado de trabalho, como comerciante autônomo posso oportunizar para realizar inserções desse público em minha empresa. De acordo com o (Empregador02) obtivemos a seguinte resposta - as empresas deverão dispor de espaços físicos adequados para receber tal funcionário, além disso estou inserido no mercado de trabalho como Gerente de uma loja de departamento. Continuando as discussões com os entrevistados que são as pessoas com deficiência obtivemos as seguintes respostas (Pessoa com deficiência01) - o mercado de trabalho oferece poucas vagas de emprego para a pessoa com deficiência, pois as empresas não são flexíveis com esse público, mas com todos desafios enfrentados, estou inserido no mercado de trabalho, como Atendente de empresa privada em Miracema. O segundo entrevistado que é a (pessoa com deficiência02) - o mercado deverá contratar as pessoas com deficiência de forma digna de acordo com sua competência, e não pela sua deficiência, não gosto de ser tratado diferente por ser uma pessoa com deficiência no meu local de trabalho, pois sou funcionário de empresa pública com o cargo de Assistente Administrativo.

A segunda pergunta inquiria sobre as opiniões dos empregadores sobre as contratações da pessoa com deficiência, e sobre a opinião da pessoa com

deficiência quanto aos empregadores que não respeitam essas contratações, com essas indagações ocorre grande as dificuldades. De acordo com a resposta do (Empregador 01) quando se trata de a pessoa com deficiência trabalhar de maneira digna, é enfrentado muita dificuldade. De acordo com a resposta do (empregador02) é uma forma de oportunizar quem muitas vezes é discriminado, além de descobrir talentos e se tornar modelo social. Mas por outro lado continuando as indagações com a pessoa com deficiência obtivemos as seguintes respostas. De acordo com a (pessoa com deficiência01) temos o seguinte, as pessoas pensam que não somos capazes de atuar em qualquer profissão. De acordo com a (pessoa com deficiência02) tivemos o seguinte, as pessoas acham que a pessoa com deficiência não tem capacidade de executar as tarefas em determinada pela empresa.

Com base nessas respostas, pode-se afirmar que os entrevistados responderam às perguntas conforme seus conhecimentos obtidos na atual conjuntura do mercado, pois o que se oferece a pessoa com deficiência é mínimo, mas sabe-se que se pode oferecer mais se for investido no mercado de trabalho esse quadro certamente irá melhorar no que se refere a inclusão da pessoa com deficiência no mercado.

Falar de mercado, que é pressuposto que estabelece trabalho a diversificação da estrutura econômica eleva as possibilidades de inserção das pessoas no mercado de trabalho, a ampliação do leque de negócios resultantes da diversificação econômica contribui para a incorporação dos indivíduos cujas habilidades não eram requeridas pelo mercado em momento pretérito, quando era relativamente mais restrita a diversificação do mercado. (OLIVEIRA, 2006, p.25)

Diante do exposto, a pessoa com deficiência tenta ser inserida no mercado de trabalho, mas o mesmo ainda não oferece espaço qualificado nas empresas em órgãos públicos dentre outros, mas se todas as empresas realizassem contratações não por meio da lei esse quadro seria positivo para sociedade que eliminaria qualquer forma de preconceito com a pessoa com deficiência, pois a mesma só luta por um espaço que é seu de direito.

4.1 Perspectiva dos entrevistados sobre a importância da contribuição dos empregadores para com a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho

Esse tópico constitui a parte principal da pesquisa, pois o objetivo geral desse estudo consistiu em compreender o posicionamento dos empregadores sobre a inserção da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho em Miracema.

Diante dos dados pesquisados, esse número continua até os dias atuais no município de Miracema quanto os empregadores quanto as pessoas com deficiência, mas o que se espera que haja mais contratações para a pessoa com deficiência e que os empregadores contribuam com espaços adequados para contratar a pessoa com deficiência que diante da pesquisa os empregadores possam mudar de opinião e investir nessas pessoas e mudar esse quadro no município.

Entender que a presença do assistente social numa empresa, antes de qualquer coisa, vem confirmar que a expansão do capital implica na criação de novas necessidades sociais. Isto é, a empresa, enquanto representação institucional do capital passa a requisitar o assistente social para desenvolver um trabalho de cunho assistencial e educativo junto ao empregado e ao empregador. (MOTA,1985 p. 16)

Dos dois empregadores entrevistados afirmaram que seus posicionamentos eram o seguinte, fica aberta a oportunidade, inclusive já tivemos duas pessoas no quadro de funcionários com deficiência da empresa (Empregador01). De acordo com o (Empregador 02) a empresa deverá dispor de espaços físicos adequados para receber esse público (Empregador 02)

Sendo assim, de acordo com os entrevistados esse tema abordado contribui para uma reflexão e questionamento sobre diversas situações vivenciadas no mercado de trabalho e nas empresas sobre as contratações desse público, é um ponto a ser debatido para pensar sobre a contratação da pessoa com deficiência, pois se adequarmos nossas empresas podemos contratar a pessoa com deficiência, antes de tal entrevista nunca pensamos sobre essas contratações de pessoas com deficiência pois as mesmas tem limitações como nós pessoas não deficientes porque não conseguimos realizar todas as tarefas sempre vai existir algumas delas que iremos pedir ajuda para realizá-la, trata-se que as empresas devem adequar os espaços físicos para sair da mesmice que temos a vaga mas não temos espaços físicos adequados.

Sendo assim, para executar serviços sociais dentro da empresa fundamenta-se na importância atribuída a preservação da qualidade da força de

trabalho dos empregados e dos espaços de trabalho, passível de ser afetada pelas carências materiais que vivencia o trabalhador como pelo surgimento de comportamentos divergentes que interfiram no processo organizativo da produção.(MOTA 1985 p,17)

Observa-se, que os entrevistados não compreendiam sobre assunto abordado que é a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, pois esses empregadores não conseguem relacionar o tratamento de uma pessoa com deficiência e o tratamento da pessoa não deficiente na empresa, pois o mesmo tem que ser tratado de forma igualitária. O empregador tem que se socializar e desmitificar o que é posto pela sociedade que a pessoa com deficiência não tem capacidade, os empregadores realizando a inserção dessas pessoas a sociedade se adéqua com essas pessoas inseridas no mercado de trabalho sendo ele de modo privado ou público.

Neste sentido, é cabível destacar que as necessidades só se configuram no próprio processo de existência dos indivíduos quando, para viver, eles necessitam suprir suas necessidades por meio do trabalho e se relacionando, seja na forma como utilizam elementos apropriados na produção da força de trabalho. (MOTA, 1985, p. 20)

Conforme o segundo objetivo, identificar as vagas que são disponibilizadas para pessoa com deficiência nas empresas privadas em Miracema, obteve a seguinte resposta do (Empregador01), ocorre grande dificuldade quando se trata da pessoa com deficiência que quer trabalhar de forma digna. De acordo com o (Empregador 02) hoje não temos nenhuma vaga para pessoa com deficiência, mas no geral a empresa matriz possui uma cota para a contratação desse público pode superar a 20% da cota.

Entretanto a possibilidade de o trabalhador construir sua própria ideologia, a partir da problematização de suas necessidades, configura a existência de um potencial negador do sistema e permite uma redefinição da prática da pessoa com deficiência quando ele passa a se reconhecer como vendedor da força de trabalho e como coparticipante da construção do projeto de exercer tal função a ele atribuída.

Nota-se, que os empregadores disponibilizam as vagas para as pessoas com deficiência por meio de cotas determinada por lei seria melhor que essas contratações fossem como as contratações das pessoas não deficientes para que essas contratações fossem de forma igualitária e não por que a lei determina essas

contratações.

A partir desse relato, conclui-se que os empregadores percebem que as vagas destinadas para as pessoas com deficiência ainda são muito complexas pois falta informações aos empregadores para realizar essas contratações, por livre e espontânea vontade, não por meio de obrigação da lei, por menor que seja a empresa realizar tal contratações, por outro lado é uma forma positiva para as pessoas com deficiência sentirem aptas para ocupar a vaga a ela oferecida pela empresa. Neste sentido, também se pode afirmar que os entrevistados não estão aptos para realizar essas contratações, pois os mesmos não têm argumento concreto sobre o porquê não disponibiliza vagas para as pessoas com deficiências em suas empresas.

Oliveira, aponta questionamentos sobre as vagas disponibilizadas para pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

[...] É preciso reconhecer que o debate acerca do mercado de trabalho é sempre Carrego de polemica, pois as políticas vinculadas ao trabalho efeitos importantes Sobre atividade econômica e as condições de vida da população. Não causa surpresa a Verbalização de entendimentos sobre a dinâmica do mercado de trabalho motivada por razões capitalistas. (OLIVEIRA, 2006, p. 24).

Desse modo, a crescente dificuldade de obtenção de empregos, o declínio do nível de rendimentos e a deterioração dos serviços públicos são elementos que reforçaram a crônica desigualdade social do país, realimentando o debate sobre a pobreza e a exclusão social, o problema está em discutir as formas de inclusão, o preço moral e social da inclusão, o que a sociedade capitalista propõe hoje. (OLIVEIRA, 2006, p.53)

Diante desse quadro, nota-se que as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência demonstram que novas atitudes devem ser tomadas a respeito de contratações, empresas que disponibilize espaço adequado para receber esse público, pois não adianta ter vaga para a pessoa com deficiência, mas não tem espaço adequado, pois acaba prejudicando a pessoa com deficiência nesse caso despertando um sentimento de impotência desencadeando um pedido de demissão desistindo de um direito seu de permanecer no mercado de trabalho.

As vagas de trabalho oferecidas para as pessoas com deficiência são mínimas de tal modo que para realizar contratações os empregadores são obrigados

por lei para realizar essas contratações.

No que se refere a avaliação da pessoa com deficiência sobre as vagas oferecidas a pelas empresas de Miracema do Tocantins obtivemos as seguintes respostas; é muito bom por que está quebrando um pouco o racismo (pessoa com deficiência01). De acordo com a (pessoa com deficiência02) obtivemos a seguinte resposta em Miracema ainda tem muita gente que é racista, principalmente no meio do mercado de trabalho, as vagas disponíveis para as pessoas com deficiência são muito poucas, pois as pessoas trabalham com o mínimo esquecendo que a população de pessoa com deficiência aumenta.

Vale ressaltar, que as oportunidades do mercado de trabalho são definidas à revelia das características pessoais dos indivíduos (que no máximo, pode privilegiar o acesso de alguns em detrimento de outro, às vagas disponíveis) e se boa parte da qualificação exigida pelo posto de trabalho é adquirida no exercício da função, o mercado de trabalho pode ser entendido, então, como um mecanismo de ajuste de trabalhadores treináveis para postos de trabalho específicos. (OLIVEIRA, 2006, p.91)

Neste sentido, ressalta-se que o problema está em discutir as formas de inclusão, o preço moral e social da inclusão, o que a sociedade capitalista propõe hoje aos chamados excluídos está nas formas crescentemente perversas de inclusão, na degradação da pessoa e na desvalorização do trabalho. (OLIVEIRA, 2006, p.53)

Neste sentido, os entrevistados ao responderem a entrevista demonstraram seu posicionamento sobre as vagas disponibilizadas pelo mercado de Miracema do Tocantins que é mínima e muito preconceituosa, pois o mercado de trabalho visa somente o lucro e não o crescimento da pessoa com deficiência como ser social que está inserido na sociedade que tem as mesmas necessidades da pessoa não deficiente.

Nota-se, que o contato com as pessoas com deficiência com a entrevista e palestra realizada com esse tema, despertaram nessas pessoas a busca pelo seu direito, antes não visto, possibilidades para inclusão no mercado de trabalho e ao mesmo tempo interagir melhor com a sociedade para de ser visto como alguém que depende de outras pessoas para exercer suas funções, mais diante disso na opinião dessas pessoas tinha que existir mais vagas para a pessoa com deficiência se inserir no mercado de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, pontuou-se questões pertinentes sobre o mercado de trabalho que não oferece vagas suficientes para as pessoas com deficiência e nas empresas que foi realizada a pesquisa, as mesmas não oferecem espaços adequados para receber uma pessoa com deficiência, sendo que os empregadores abordaram a situação da realidade que é posta na sociedade capitalista.

Neste sentido, buscou-se evidenciar no decorrer deste trabalho, que é necessário que os empregadores tenham mais compromisso, quando se refere as contratações da pessoa com deficiência para que possam, a partir desses conhecimentos rever a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho de forma digna, mas que sejam tratados de forma igualitária.

No segundo momento, apresentou-se algumas aproximações sobre a educação e a inclusão no Brasil, é preciso conhecer os dados históricos da inclusão advindo dos muitos movimentos sociais, econômicos e culturais para minimizar os prejuízos e inúmeras exclusões geradas pelas práticas que exploram e discriminam segmentos da população ao longo da história.

Não deixou-se de tecer, sobre os métodos utilizados para solucionar essa dificuldade de garantir o aprendizado da pessoa com deficiência, foram criadas modalidades e o método Braille para superação da deficiência visual, nesse contexto também foram criados dispositivos de processos pedagógicos específicos para preparação da pessoa com deficiência para a sociedade e inserir no mercado de trabalho, não pode-se deixar de discorrer sobre a atuação do profissional do Serviço Social na atual conjuntura.

No terceiro momento, fez-se uma discussão sobre os empregadores e sobre as pessoas com deficiência na atual conjuntura, a participação da pessoa com deficiência na sociedade de forma igualitária, a importância do mapeamento das empresas de modo que haja mais contratações da pessoa com deficiência e mais diversidade no mercado de modo em geral no que se refere ao trabalho diante do contexto atual é fundante para realização do ser social e quanto aos empregadores queremos que adéque as empresas, para contratar número maior de pessoas com deficiência disponibilizando mais vagas de empregos não somente por meio de cota.

Fica evidente, diante a realização da entrevista, que o mercado de trabalho de Miracema tem que adaptar-se para receber as pessoas com deficiência,

sendo assim, estabelecer meios de inserção e oportunizar condições estruturais para poder reabilitar o mercado de trabalho com qualidade necessária para desenvolver uma boa produção nas empresas do município de Miracema do Tocantins.

Para operacionalização deste estudo, fez-se o uso da entrevista semiestruturada em duas empresas do município de Miracema e duas pessoas com deficiência, os empregadores diante da entrevista demonstraram que não tinham preconceito de contratar pessoas com deficiência, porém, não tinha espaços adequados, mas por outro lado, as pessoas com deficiência relataram que o mercado de trabalho não oferece vagas suficiente para inserção dos mesmos e que sofrem preconceitos por serem pessoas com deficiência.

REFERENCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANTUNES, Ricardo, 1953- **Adeus ao Trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9.ed.-São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

BRASIL. **Lei de cotas nº 8213**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/L8213cons.htm>. Acesso em 24 de abril de 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

_____. **Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989.

_____. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999.

_____. **Regulamentação da Profissão**. Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CAVALCANTI; Galvão, C. Terapia ocupacional. **Fundamentação e Prática**. Rio de Janeiro: 2007

CORREIA, Maria Valéria Costa. Que controle social na política de assistência social? **Serviço Social & Sociedade**, n.72, p.119-144. São Paulo: Editora Cortez, nov. 2002.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Editora Cortez

DEGENNSZAJH, Raquel Raichelis. Organização e gestão das políticas sociais no **Serviço Social & Sociedade**, n.78, p.05-32, jul. 2004.

RAICHELIS, Raquel; WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Desafios de uma gestão pública democrática na integração regional.** Direito e Marxismo [recurso eletrônico] / org. Enzo Bello, Martonio Mont' Alverne Barreto Lima, Sérgio Augustin- Caxias do Sul, RS: Educs, 2014. 4 arquivos digitais colaboradora Idília Fernandes.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a Genealogia da Ética: uma revisão do trabalho.** Uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro.

MONTOAN, Maria Teresa Eglér. **O Direito á Diferenciação na Igualdade dos Direitos Questões sobre a Inclusão escolar de pessoacom e sem deficiência.** Ética de Inclusão. Belo Horizonte: 2004.

ORTEGA, F. Deficiência, Autismo e Neurodiversidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, 14(1) 67-77, 2009.

OLIVER, M.Uma **Sociologia de Capacidade de uma Sociologia Descapacitada?** Discapaciade e Sociedade.Fundação1998.

LLOYD, M.does She Boil Eggs? Towards a Feminist Modelo f Disability.**Disability, Handicap eSociety**, v.7, n. 3, 1992,p.207-221.

MONEREO, José Luis Pérez. Ciclos de vida e segurança social: trabalho e proteção social em uma realidade em mudança. **Revista Del Ministerio De Trabajo Y Asuntos Sociales.**

NERI, Marcelo. **Retrato da deficiência no Brasil (PPD)** Rio de Janeiro. FGV/IBRE.CPC.2003.

POLETTI, Kézia Zanni. **Mercado deTrabalho ea Pessoa com Deficiência** .2010 e LINK/Disponível em: http://www.pedagogia.com.br/artigos/processo_inclusao_pessoa_deficiencia/aceso em 27 de Abril de 2017

RICHARDSON, Robert Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Colaboradores José Augusto de Souza Peres ... (et al). São Paulo: Atlas, 1999.

SAFFIOTI, H. (1976). A mulher na sociedade de classes. Rio de Janeiro, vozes.

RATTNER, Henrique. Sobre a exclusão social e políticas de inclusão. In: **Revista. Espaço Acadêmico**. Ano 7 n° Abril de 2017

PONTES, Reinaldo. A categoria de Mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social. **Boletim eletrônico**. Fevereiro de 1989. Disponível em: < www.ts.ucr.ac.cr/binarios/sura/sura-0031.pdf> Acesso em 02/05/2017.

SIMONELLI, Ana Paula. **Identificação das áreas e postospotencial de trabalho compara receberpessoas portadorasde necessidadesespeciais**. Recife – 2002

SASSAKI, Romeu Kazuni. **Educação profissional e emprego de pessoas com deficiência mental pelo paradigma da inclusão**. IN: Oliveira, Maria Helena Alcântara de et al **Trabalho e Deficiência Mental: perspectivas atuais**. Brasília.

SIMÔES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Brasília, 2011.

PEREIRA, POTYARA A. P. **Necessidades Humanas**. Subsídios a crítica dos mínimos sociais. 6ª Ed, São Paulo: Cortez, 2011.

TEXTO constitucional promulgado em 5 de setembro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n° 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n° 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n°186/2008.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA ROTEIRO DE ENTREVISTA
SEMIESTRUTURADA
ENTREVISTA REALIZADA COM OS EMPREGADORES DE MIRACEMA
DO TOCANTINS**

Parte I – Identificação

1.		No
	me _____	
2.	Sexo _____	
3.	Naturalidade _____	
4.	Onde você reside atualmente _____	
5.	Qual sua profissão _____	
6.	Qual sua escolaridade _____	
7.	Estudou integralmente em escola pública ou privada _____	
8.	Qual sua Religião _____	Qu
9.	Qual seu estado civil _____	Qu
10.	Você tem filhos _____	Voc

MERCADO DE TRABALHO

11. Você está inserido no mercado de trabalho?
12. Qual é a sua opinião sobre as vagas de empregos que são oferecidos pelo mercado de trabalho em Miracema?
13. O que você pensa sobre a contratação de pessoa com deficiência pelas empresas?
14. Você conhece ou tem alguém em sua família que é pessoa com deficiência como você lida com essa situação?
15. Na sua opinião essa pessoa tem capacidade de ser inserida no mercado de trabalho?

16. Você como empregador você contrataria uma pessoa com deficiência para trabalhar em sua empresa?
17. Na sua opinião a pessoa com deficiência tem capacidade de ser inserida no mercado de trabalho assim como a pessoa não deficiente?
18. Em uma empresa que vende confecções estiver um vendedor com deficiência e um vendedor que não seja pessoa com deficiência qual dos dois escolheria para lhe atender?
19. Você acha que Miracema oferece acessibilidade para pessoa com deficiência sendo no lazer ou no mercado de trabalho?
20. Qual é a sua opinião sobre as vagas disponibilizadas em concurso para as pessoas com deficiência?
21. Você é responsável pela seleção de candidatos para serem contratados pela empresa?
22. Nessa seleção existe vagas disponibilizada para a pessoa com deficiência ou esse público tem uma pré-seleção nos currículos?
23. Você como responsável pelas contratações na empresa a vagas disponibilizadas para pessoa com deficiência?

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA
ROTEIRO DE ENTREVISTA
SEMIESTRUTURADA
ENTREVISTA REALIZADA COM A PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE MIRACEMA
DO TOCANTINS**

IDENTIFICAÇÃO

1. Nome _____
2. Sexo _____
3. Naturalidade _____
4. Onde você reside atualmente _____
5. Qual sua Religião _____
6. Qual sua escolaridade _____
7. Estudou integralmente em escola pública ou privada _____
8. Como era sua convivência com seus colegas na sala de aula _____
9. Qual é a sua profissão atualmente _____
10. Fez alguma especialização na área da sua profissão _____
11. Você está inserido no mercado de trabalho _____
12. Você sofre ou já sofreu algum preconceito pelos colegas de trabalho _____

MERCADO DE TRABALHO

13. Você acha que o mercado exclui a pessoa com deficiência por pensar somente no lucro?
14. Qual é a sua opinião sobre os empregadores que não respeitam a lei sobre as contratações de pessoa com deficiência?
15. Se você não fosse uma pessoa com deficiência você contrataria uma pessoa com deficiência para trabalhar em sua empresa?
16. Você já sofreu algum tipo de preconceito por ser pessoa com deficiência se sim como se sentiu após esse preconceito?
- 17- Você já sofreu algum tipo de preconceito no âmbito familiar por ser uma pessoa com deficiência?
- 18- Qual é a sua opinião sobre as vagas disponibilizadas para pessoa com deficiência nos concursos públicos?
- 19- Na sua opinião as escolas estão apta para receber pessoas com deficiência que

é direito fundamental?

20-O mercado de trabalho oferece acessibilidade para pessoa com deficiência se inserir nesse mercado?

21-Você se sente realizada ao está inserido no mercado de trabalho perante a igualdade de todos?

22-No seu ambiente de trabalho você é tratada com diferença por ser uma pessoa com deficiência?

23-Ao desenvolver as atividades no seu trabalho você tem alguma limitação?

24-Como você avalia as vagas que são disponibilizadas em menor número para as pessoas com deficiência?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Professora Orientadora: Bruna Irineu

Pesquisador-discente: Ana Paula Matos Alves Jesus

Endereço: Avenida Lourdes Solino, s/n, Setor Universitário

CEP: 77650-000 – Miracema (TO)

Fone: (63)3366-8602

E-mail: anapjesus@mail.uft.edu.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“Pessoa com deficiência e trabalho em Miracema-TO”**. Neste estudo pretendemos discutir o acesso da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho em Miracema do Tocantins. O motivo que nos leva a estudar está em observar na realidade do município pessoas com algum tipo de deficiência, mas que mesmo assim podem exercer atividades laborais e buscamos discutir o posicionamento das empresas, bem como as oportunidades de trabalho ofertadas a essas pessoas. Para este estudo adotaremos a entrevista semiestruturada com os empregadores nas empresas privadas do município.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador. O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo

que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, na Universidade Federal do Tocantins e a outra será fornecida a você. Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo “Pessoa com deficiência e mercado de trabalho em Miracema-TO”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Cidade, _____ de _____ de _____ .

Nome Assinatura participante

Nome Assinatura pesquisador

Nome Assinatura testemunha